



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

A CLASSE OPERÁRIA

Ano
Viva a revolução!
A letra viva
do socialismo.

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - nº 190 - 13 de julho de 2000 - R\$ 1,00

ELEIÇÕES 2000

É hora de ganhar voto!

Aumenta a rejeição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. O projeto deste governo se esgotou: não tem mais o que apresentar ao povo e ninguém espera mais nada dele. Em decorrência disso, intensificam-se as disputas na base governista. A tendência eleitoral que vai se esboçando é de declínio do governo, perda de poder de FHC e de afastamento de partidos de sua base para o pleito municipal.

O PCdoB realizou uma maioria de coligações bastante vantajosa. O fato de lançarmos candidatos a prefeito e a vice é destacado, pois eleva o Partido a um novo patamar eleitoral. O PCdoB tem maior visibilidade, o que também ajuda

a eleger nossa chapa proporcional. Na fase atual do pleito municipal, após as celebrações das coligações e definição final das candidaturas, um conjunto de tarefas fundamentais se apresenta para o Partido.

Precisamos avançar em nossa estruturação partidária durante a campanha e aglutinar mais aderentes no processo eleitoral. Temos de politizar a campanha, demonstrar como o projeto neoliberal do governo FHC tem impacto no município. Devemos vincular a disputa eleitoral com as lutas sociais em curso e as mobilizações constantes dos trabalhadores, pois quem capitaliza tais lutas é a esquerda.

Leia na página 4



A dívida posta em questão

GILBERTO MARINGONI*

Se o Brasil não pagar – ou rolar – cerca de 70 bilhões de dólares anuais em juros e serviços das dívidas externa e interna, está ameaçado com todo o tipo de chantagem por parte do capital financeiro internacional e de seus representantes internos (leia-se FHC, Pedro Malan e respectiva trupe). “Não teremos mais investimentos”, “haverá fuga de capitais” e outras ameaças semelhantes são feitas.

Um dos primeiros pressupostos do plano Real foi o de assegurar o pagamento dos juros e serviços das dívidas. Mas para a imensa legião de excluídos, carentes de salário, moradia, educação, terra, saúde, serviços públicos decentes e credora de uma imensa dívida social, as dificuldades continuam. Corta-se a cada dia mais serviços essenciais, arrocha-se os Estados e cria-se uma situação de desespero social.

Uma série de entidades – entre elas a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Sem-Terra), a CMP (Central de Movimentos Populares), o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), a UNE (União Nacional dos Estudantes), a Contag, o Movimento de Pequenos Agricultores, além do

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA



DE 2 A 7 DE SETEMBRO

PT, do PCdoB e do PSTU – se lançou numa iniciativa ousada: realizar um plebiscito sobre a dívida externa. A data não poderia ser mais significativa: de 2 a 7 de setembro, durante a Semana da Pátria.

São três as perguntas que constarão na cédula de votação, cuja resposta deverá ser “sim” ou “não”:

1. Sobre o FMI

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)?

Até hoje o governo não divulgou os termos da última versão do acordo com o Fundo, firmado em 1998. Através dele, o Brasil passou a ter acesso a 41,5 bilhões de dólares do FMI, do Banco Internacional de Compensações (BIS) e do Banco do Japão. Dinheiro que é integralmente destinado ao pagamento de juros e serviços de dívidas anteriores. O acordo foi assinado antes de ser aprovado pelo Senado Federal, contrariando a Constituição.

2. Sobre a Dívida Externa

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria

pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?

Os credores impõem taxas absurdas para a concessão de empréstimos. Estes débitos somavam, no final de 1999, cerca de US\$ 241 bilhões (ou R\$ 446 bilhões). Somente no primeiro mandato de Fernando Henrique, o Brasil pagou US\$ 128 bilhões (ou R\$ 237 bilhões) de juros e amortizações de sua dívida externa.

3. Sobre a Dívida Interna

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

A dívida interna pública é paga em reais, a dívida externa pública é paga em dólares ou outras moedas estrangeiras. No governo FHC, o endividamento interno tem servido apenas para pagar e rolar dívidas velhas. E ele cresce sem parar, devido à política de juros altos, mantida exatamente para tornar os títulos públicos atraentes para os especuladores. No final de 1999, a dívida em títulos públicos alcançava R\$ 324 bilhões, contra R\$ 62 bilhões em 1993. Somente neste ano, o governo deverá pagar R\$ 69 bilhões aos detentores destes títulos que, em sua maioria, são os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros.

*assessor da Campanha Jubileu 2000



Delegação do PCdoB visita a China

O vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, o deputado federal Haroldo Lima e o secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo, visitaram a China depois de 24 anos sem intercâmbio de delegações (na foto, eles estão diante da casa onde foi funda-

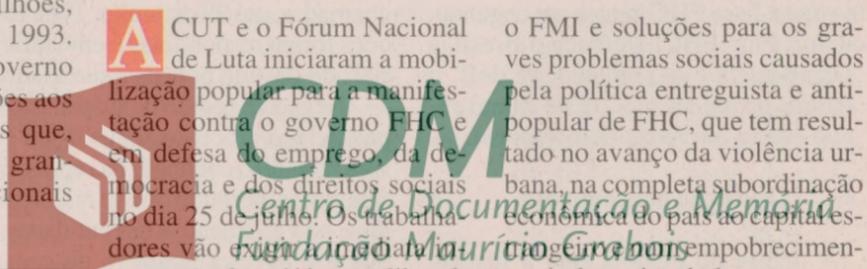
do o PCCh). A visita contribuiu para que as relações entre os partidos situem-se em novo nível, sobre a base dos princípios de independência, igualdade, e não intervenção nos assuntos internos.

Páginas centrais

Manifestação contra FHC dia 25

ACUT e o Fórum Nacional de Luta iniciaram a mobilização popular para a manifestação contra o governo FHC e em defesa do emprego, da democracia e dos direitos sociais no dia 25 de julho. Os trabalhadores vão trabalhar em greve e interrupção da política neoliberal, o rompimento dos acordos com

o FMI e soluções para os graves problemas sociais causados pela política entreguista e antipopular de FHC, que tem resultado no avanço da violência urbana, na completa subordinação econômica do país ao capital estrangeiro e no empobrecimento ainda maior de largas parcelas da população.



PCdoB

FHC e PSDB tentam (sem êxito) calar o PCdoB

No dia 23 de junho, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o PSDB entraram com ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando que fosse proibida a reapresentação da propaganda eleitoral do PCdoB nas emissoras de rádio e televisão. FHC e seu partido tentaram afirmar que a propaganda era "caluniosa e ofensiva à honra, imagem ou reputação" do presidente da República. Porém o ministro Edson Vidigal, corregedor-geral da Justiça Eleitoral recusou a censura:

"A crítica, ainda que pesada, guarda relação com o posicionamento de agremiação partidária sobre tema de natureza política. Não considero como ofensivo à honra do presidente da República o conteúdo da propaganda veiculada, pelo representado, no último dia 22, nem se verifica naquela inserção motivo capaz de autorizar a concessão de medida liminar."

O que ofendeu FHC?

É de espantar, mas o que ofendeu o presidente da República e seu partido foi... a verdade! No pedido de liminar, FHC transcreve os trechos que não gostaria que fossem veiculados:

"Som da televisão: E atenção, o governo FHC não esconde mais o que ele é: autoritário, repressor, violento, antidemocrático... FHC obedece ao FMI e governa para banqueiros e especuladores enquanto ataca o povo e a nação brasileira.

Barbeiro: Esse FHC nunca me enganou."

Outro trecho citado por FHC (outra verdade que ele quis impedir que o povo ouvisse):

"Engraxates: Olha aí meu ó, desemprego aumenta no governo FHC.

Cara, sobrou para o povo outra vez. Olha aí, FHC quer mudar leis trabalhistas. Ele quer acabar com 13º salário, férias, fundo de garantia.

FHC aumenta o salário mínimo para 151 reais? Pô, brincadeira ô meu?

Eu sabia, esse FHC nunca me enganou.

Também esta o presidente do "esqueçam o que eu escrevi" quis vetar:

"Locutor da TV: E atenção, denúncia!!! Entrevistado: Eu conheci o presidente FHC na época da faculdade, ele dizia que a oposição tinha o direito de representar o povo. Agora ele quer restringir a democracia com a reforma política para conservar o poder nas mãos das elites. Popular: Tô falando, esse FHC nunca me enganou."

Outra verdade que FHC quis censurar:

"No táxi: Rádio: Brasil na corda bamba.

Governo FHC quer privatizar as centrais elétricas, os Correios, a Petrobrás.

Motorista e passageira: Os correios?

E a gasolina?

Rádio: Com a privatização piorou a vida do povo. O país vai ficando cada dia mais dependente.

Motorista: Esse FHC nunca me enganou.

Locutor: Fora FHC! Defenda o Brasil, a Democracia e o Trabalho. PCdoB, o Partido do socialismo." (Este último trecho estava em todas as inserções).

Oposição conseqüente

A defesa do PCdoB ante a Justiça, apresentada pelos advogados Luiz Carlos Orro de Freitas e Paulo Machado Guima-



rães, reafirma que a expressão FORA FHC, "externa o entendimento de uma agremiação político-partidária, no sentido de que é preciso um novo rumo político-administrativo para o país, com medidas efetivas de retomada do crescimento da economia, de elevação do nível de emprego, de recuperação do poder de compra do salário-mínimo, de defesa dos interesses nacionais diante de poderosos banqueiros internacionais."

O PCdoB defende a organização de um amplo movimento cívico, que por intermédio da legítima e necessária mobilização do povo, visando a substituir o governo de FHC por um novo, vinculado aos interesses nacionais e populares. O Partido divulgou no programa suas idéias "condenando as medidas autoritárias e de repressão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, às greves e ao movimento social em geral, cujo exemplo mais que emblemático deu-se por ocasião da comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, ações governamentais repressivas e antidemocráticas; sobre o desemprego e o propósito de redução de direitos sociais, conforme proposições legislativas em curso no Congresso Nacional (...), como a definição do salário mínimo, frustrando, pelo uso abusivo de Medidas Provisórias, a eventual definição de um valor superior ao que pretendia admitir; contra a reforma política que tem sido estimulada e intensificada pela Presidência da República, com o propósito de reduzir o espaço dos partidos de oposição; contra as privatizações, das centrais elétricas, da Petrobrás, da Empresa de Correios e Telégrafos, enfatizando sua opinião, que já vem sendo externada por uma quantidade cada vez mais expressiva de cidadãos, no sentido de que a privatização 'piorou a vida do povo'".

Os advogados destacam que o "PCdoB apenas exerceu a crítica política na sua mais pura expressão, divulgando sua posição sobre relevantes temas políticos de interesse da comunidade nacional. É exercício de democracia, pois longe já se vai o tempo em que os ocupantes do Planalto pretenderam calar, pela força, a voz da oposição".

A Justiça garantiu o direito de veiculação do programa do PCdoB, que foi reapresentado dia 29 de junho. Neste ano, em função dos programas de TV e rádio, o 0800 999965 recebeu um total de 3257 chamadas, até 29 de junho. Todas as ligações foram respondidas e enviados materiais do Partido para os interessados.

Negado o pedido de suspensão da propaganda, o processo segue o seu curso e será julgado o conteúdo da representação. É muito importante que se realizem repúdios, no Parlamento e nas entidades, a esta que é a terceira tentativa de censurar a propaganda política institucional do PCdoB.

Mens@gens

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcodob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adonira Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

Patrícia: Preciso fazer um trabalho para a faculdade e tenho de comentar sobre o tema: o Manifesto do Partido Comunista tem validade no mundo capitalista atual? Gostaria de que, se fosse possível, me indicassem livros ou sites que falem sobre isso. Até porque nunca me foi esclarecido exatamente o que foi esse Manifesto.

Márcia F: Como comunista gostaria de estar afinada com o pensamento do Partido sobre o Mercosul.

Luís F: Gostaria de parabenizá-los em quase tudo. Talvez por ter tido pouco tempo para visitar esta página eletrônica por mais tempo, deixei de encontrar algumas coisas uteis.

Adecir B: Ei vocês do PCdoB: eu tô em dúvida se me filio com vocês, no PSTU ou no PT. E aí, quais são os planos de vocês?

Eloi M: Gostaria de receber logotipo do Partido e outras sugestões de propaganda.

Édila L, Carlos B: Venho solicitar informação quanto ao Banco de Dados SISCAMID para cadastro de militantes. Como podemos obtê-lo? Estamos muito interessados, pois organizaria bem melhor nosso cadastro.

José S: O conjunto partidário presta pouca atenção (pelo menos não no grau necessário) à imprensa partidária. A Classe tem uma periodicidade muito longa, não conseguindo, dessa forma, abarcar, com a imprescindível agilidade, os acontecimentos que ocorrem numa velocidade impressionante. A revista *Princípios* também padece pela sua periodicidade excessivamente longa e pelo valor excessivamente alto.

Baltasar Jr: Sou acadêmico de filosofia, desejo me filiar em um partido de esquerda, porém preciso saber quais são as diferenças entre PSTU e PCdoB.

Robson: Esta página está ótima, só falta citar os links da UJS, se possível eu gostaria de receber atualizações e notícias do Partido via e-mail, parabéns...

Luciano M: Gostaria de organizar o movimento negro na maior cidade alemã do país.

André S: Estou pesquisando o movimento de 27 de novembro de 1935. Gostaria de saber qual a análise do Partido sobre esse evento.

Alexandre S: Gostaria de saber como posso adquirir o CD-ROM sobre os 75 anos do Jornal *A Classe Operária*.

Mário S: Gostei da página do PCdoB na Internet no geral, mas acho que vocês deveriam divulgar o site nas propagandas gratuitas e também abrir uma sala de debates (me perdoem se já existe e não percebi) para que as pessoas e simpatizantes pudessem dar sugestões e tirar algumas dúvidas.

Teobaldo F: Li uma reportagem sobre o deputado Aldo Rebelo, de São Paulo, que propõe um projeto que combate o estrangeirismo indiscriminado que vem acontecendo em nosso país. Corroborando com ele, eu e meus amigos da escola Centro Integrado de Ensino, escolhemos este assunto como tema de pesquisa de Feira das Ciências. Por isso gostaríamos de receber mais material sobre esta questão. Aproveitamos para parabenizá-lo, pois já era tempo de alguém fazer alguma coisa em

prol da nossa Língua Portuguesa.

Ignacio N: Gostaria de saber se V. Sas. possuem alguma informação sobre os militantes comunistas Álvaro Ventura e o "Diabo Cinzento".

Heberete B: O futuro do PCdoB é o futuro do Brasil. O imperialismo capitalista que existe hoje não se sustentará por muito tempo.

Bruno C: Estou cursando Direito e solicito gentilmente aos quadros do Partido que me orientem nesta questão, qual seja: podemos dizer no Brasil de hoje que o PCdoB é um partido de massas, apesar de seu programa conter um apelo às massas?

Sonia C: Estou realizando uma pesquisa sobre a história da luta política do PCdoB. Espero que vc possam me ajudar.

Wadson F: Sabemos que o PCdoB é o partido mais antigo em atividade, porém obtivemos em nosso arquivo somente os dados sobre o registro do Partido após a criação do TSE. Gostaríamos de saber onde é possível obter maiores informações sobre a história do PCdoB, sua antiga denominação, motivos e fatos que levaram à clandestinidade etc. Qualquer informação ou fonte de informações, será muito importante para nós.

Luiz Jr: Solicito envio de material histórico e filosófico do Partido para uma filiação futura.

Rinaldo C: Fiquei muito contente em poder obter informações de outras fontes que não as das vozes oficiais do governo e seus asseclas na grande imprensa.

Luciana: Gostaria de receber informações dos boletins produzidos por vocês, pois como professora de História e antes de tudo uma cidadã, considero relevante discussões que nos alertem para a realidade!

Livia C: Gostaria muito de obter uma informação sobre quais são os quilombos ainda existentes no Brasil.

Gamel N: A página está ótima.

Landro O: Parabeno-os pela vitória na questão da veiculação do programa do PCdoB. Também gostaria de pedir atenção dos parlamentares do vosso Partido para duas questões: 1) a propaganda enganosa da operadora Intelig, que já está gerando diversos protestos dos usuários pelos altos preços; 2) a decisão do Banco Central que restringe o acesso dos brasileiros ao cheque, como forma de evitar a emissão de cheques sem fundos.

Sabrina: Há pouco tempo percebi que a política é algo que faz parte da minha vida. Tenho 16 anos e quero fazer parte de algo maior de algo que faça mudar meu país.

Maria da Conceição: Estou enviando este e-mail para expor como brasileira, inconformada com a condição atual do país, e que se indigna da banalização que o presidente da República atribui às manifestações dos partidos de esquerda.

Maria C: Soube que o Sr. Francisco Lopes, do Ceará, é autor do PL 93/99 e gostaria de lhe escrever solicitando cópia do PL para poder incluí-la em minha HP sobre alimentos transgênicos.

Flávio S: Queria parabenizar os camaradas pela divulgação e informação na Internet.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Edição Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Franczyrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística de Documentação e Memória São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011-3081-1111 - Fundação Maurício Grabois www.pcodob.org.br - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

Novidades no covil do Planalto

LUIZ CARLOS ANTERO

Eduardo Jorge Caldas, braço direito de Fernando Henrique Cardoso há 16 anos, assessor no Senado e no Itamaraty, secretário-geral da Presidência desde 1995 até o final do primeiro mandato, e coordenador de sua campanha eleitoral em 1998, está no centro das atenções em Brasília. O Congresso, mesmo em recesso, quer ouvir este personagem que esteve no conselho de direção de uma empresa estrangeira enquanto secretariava a Presidência, saiu misteriosamente da equipe institucional de FHC e jamais se soube o porquê, dedicando-se, desde então, ao favorecimento de ligações empresariais privadas, mantendo-se como lobista no Palácio do Planalto. É protagonista do caso mais escabroso de desvio administrativo desde os episódios do projeto Sivam e da privatização do Sistema Telebrás, que envolveram íntimos assessores do presidente.

Aparentemente, seria apenas a extensão de uma prática comum lá pelas bandas do Congresso Nacional: as nomeações dos juízes classistas, com a moda de troca da defesa do Plano Real nas sentenças trabalhistas sempre desfavoráveis à indexação salarial. Com essa semelhança, estaria apenas transposta para um outro poder, o Judiciário, a relação promíscua imposta por FHC ao Legislativo e à República desde as primeiras mudanças constitucionais destinadas à realização do receituário neoliberal no Brasil. A entrevista de Eduardo Jorge ao jornal *Valor Econômico* revelou que foi como informante privilegiado que o ex-juiz Nicolau dos Santos manteve relações tão íntimas com o Palácio do Planalto.

Jorge estaria envolvido no desvio de R\$ 169 milhões dos cofres públicos, tanto quanto seu amigo Luiz Estevão, a quem apoiou na campanha para o Senado, e tenta mobilizar o grupo palaciano para salvá-los, sob pena de revelar o "cabeça". Jorge considerou a cassação do senador "um sério perigo para a democracia". O governo FHC está dominado por um significativo desconforto, dada a intimidade de tão sórdidos indivíduos com o presidente da República.

Já cassado, Luiz Estevão disse que "os órgãos do governo federal que permitiram a liberação de verbas para as obras do prédio do TRT-SP devem explicar porque verbas públicas foram destinadas a uma obra investigada pela Justiça". Está cada vez mais difícil desvincular a imagem de FHC da ação desses personagens. Na época da negociata, Nicolau não era mais o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e já coordenava a comis-



Eduardo Jorge: relações perigosas podem ser investigadas

são responsável pela construção (até hoje inacabada).

A CPI do Judiciário verificou 173 ligações do ex-juiz (hoje foragido e procurado) com Eduardo Jorge entre 1992 e 1998, em datas próximas à liberação de verbas para a controvertida construção. Nicolau ligou 19 vezes para Eduardo Jorge entre fevereiro de 92 e maio de 94, quando não preocupava a posição de juízes trabalhistas quanto à indexação salarial (o Plano Real começou em julho de 94). FHC foi ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco de outubro de 1992 a maio de 1993, e Eduardo Jorge era seu assessor no Itamaraty. De maio de 1993 a março de 1994, Fernando Henrique foi ministro da Fazenda, sempre acompanhado deste assessor de confiança e das ligações telefônicas de Nicolau. Quando FHC tomou posse, a relação persistiu, firme. Desde o governo Collor até 1998, o Tesouro liberou R\$ 231,9 milhões, em 84 parcelas, dos quais apenas R\$ 62,4 milhões, em princí-

pio e se tanto, foram utilizados na obra do TRT de São Paulo. No primeiro ano do governo Itamar, as liberações foram sustadas; o Tribunal de Contas da União (TCU) já investigava a obra. Prosseguiram entre 1993 e 96, com a ida de Eduardo Jorge para o Ministério da Fazenda. Em setembro e outubro de 95, quando o dinheiro não fluía, Nicolau ligou com mais insistência (16 vezes) para Eduardo Jorge. Em 1997, denúncias de superfaturamento da obra pelo Ministério Público não reduziram liberações nem telefonemas. A última liberação de recursos ocorreu em julho de 1998, mas Nicolau ainda ligou 15 vezes – até fevereiro de 1999 – para Eduardo Jorge.

Além disso, os juízes classistas sempre são minoria e não poderiam decidir sozinhos a favor do Plano Real. De fato, as ações não foram evitadas, pois o TRT-SP concedeu reajustes salariais em mais de 1.270 dissídios coletivos examinados desde o início do famigerado Plano. Como o TRT apresenta co-

legiados com dez juízes (dois classistas e oito de carreira), os classistas fisiológicos teriam de contar com mais quatro colegas em cada sessão. Os trabalhadores de São Paulo foram vitoriosos em 100% das ações entre 1995 e 98, embora perdessem na instância do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. FHC nomeou 11 juízes classistas para o TRT/SP neste período, o que implicaria numa média superior a 16 telefonemas por nomeação.

A relação com o informante foragido Nicolau arrastou o senador do PMDB, que, na desgraça, ameaça levar consigo seus amigos palacianos. Jorge, protegido por seus pares governistas na CPI do Judiciário, resolveu romper o silêncio sobre as relações do foragido Nicolau dos Santos com a Presidência, enfatizando o que disse à CPI. Contudo, foram ligações telefônicas demais para tão poucas nomeações.

Além de Nicolau e Luiz Estevão, outro ex-presidente do TRT, Délvio Buffulin, e o empresário Fábio Monteiro de Barros – oficialmente, o dono da Incal, empresa que pertence de fato ao ex-senador e ganhou a concorrência –, formam a quadrilha acusada de desviar o dinheiro com a proteção do Planalto. Jorge tem muito a revelar, pois mantinha encontros com o ex-juiz sem nenhum "caráter institucional".

Mesmo em recesso, o Congresso sentiu o impacto das denúncias. Já existe um requerimento que propõe a convocação imediata de Eduardo Jorge. Contra a vontade do fiel governista Jorge Bornhausen, presidente do PFL, o episódio reacende a disputa pela sucessão presidencial, com um acirrado tiroteio entre Antônio Carlos Magalhães e os tucanos Mário Covas e Pimenta da Veiga em torno do tema.

Como se estivesse alheio à realidade, Fernando Henrique continua cita "as recentes conquistas na economia, como a produção recorde de 1,3 milhão de barris de petróleo ao dia". Age como se seu governo não fosse o maior inimigo da monopólio estatal e da Petrobrás e briga com seu ministro da Saúde, José Serra, que defendeu o fim da reeleição, considerando que "não foi uma boa experiência para o país". E continua às turras com o governador mineiro Itamar Franco, que decidiu interpelá-lo no STF pelo uso do Exército para proteger a fazenda da família, sob o argumento de que o MST invadiria a propriedade – o procurador-geral de Justiça de Minas, Márcio Decat de Moura, fala em "improbidade administrativa" e "prevaricação" (uso do cargo público para benefício próprio), o que seria mais uma razão para um processo de impeachment.

PCdoB defende a Constituição contra ataques de FHC

O PCdoB, o PSB e o PT ingressaram no Supremo Tribunal Federal com pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. O PCdoB também propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei 9.932, de 20 de dezembro de 99, que transfere as atribuições do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Em ambos os casos os comunistas demonstram que as leis ferem dispositivos da Constitui-

ção. No caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, seu trâmite no Congresso ocorreu de forma que atentou "contra o sistema bicameral do tipo federativo adotado pela República Federativa do Brasil".

No caso da lei 9.932, o PCdoB argumenta que o funcionamento dos estabelecimentos de resseguro "continua subordinado à disciplina que foi editada por Lei Complementar", o que não está sendo respeitado pelo governo ao transferir as atribuições da IRB-Brasil para a Susep.

Lobista refinado

Eduardo Jorge Caldas é uma expressão refinada dos personagens que ocupam o primeiro plano na implementação do projeto neoliberal no Brasil. Há 16 anos acompanha FHC, ocupando espaço de confiança privilegiado. Nesta condição, serviu aos senhores adequados: foi, por exemplo, conselheiro de uma subsidiária do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) nos Estados Unidos, a United American Insurance Company quando era assessor de FHC no Ministério da Fazenda. Depois passou a atuar como consultor de empresas na área de seguros. Em janeiro de 2000, assumiu, como sócio e conselheiro, o Grupo Meta (Metacor Corretagem e

Administração de Seguros, e Metaplan Consultoria). Ele negocia agora a entrada de um parceiro estrangeiro neste Grupo, visando a disputa na privatização do IRB, viajando diversas vezes para os EUA para tratar do assunto. Foi o tesoureiro na primeira campanha de FHC à Presidência, em 1994. Eleito FHC, ocupou o segundo cargo mais importante no Planalto. Em 1998, o tesoureiro da campanha foi Bresser Pereira, mas Eduardo Jorge era o homem forte do comitê da reeleição, o "coordenador financeiro". Conversa semanalmente com o presidente. Quando vai ao gabinete do secretário de Comunicação, Andrea Matarazzo, utiliza o elevador privativo das autoridades.

Candidatos na Internet

Os candidatos às eleições municipais tem direito a fazer propaganda pela Internet através do domínio *.can.br*. A autorização para a criação do domínio foi dada pelo Comitê Gestor da Internet Brasil.

O candidato interessado no uso do domínio deverá providenciar o cadastro no "registro.br" comunicando o documento ao Juiz Eleitoral da zona onde pediu registro da candi-

datura, indicando o endereço eletrônico adotado.

Pela resolução 20.684 do Tribunal Superior Eleitoral, que trata da utilização de domínio especial para a campanha eleitoral na Internet, o candidato deve fazer a comunicação ao juiz eleitoral no prazo máximo de 48 horas a partir da efetivação da inscrição no registro de taxas.

O endereço será:

<http://www.nomedocandidato.numerodocandidato.can.br>

PCdoB

Impulsionar a campanha eleitoral

RENATORABELO*

Verificando os acontecimentos internacionais recentes, constatamos que a derrota do Partido Revolucionário Institucional, PRI, após 71 anos de poder no México, é um fato significativo. O PRI era o artífice da política neoliberal naquele país, embora preservando uma política externa de certa autonomia, a exemplo de suas relações com Cuba. O PRI, que nasceu de processo revolucionário que marcou a história do México, foi adquirindo características contraditórias na sua política e, nas últimas décadas, foi se afastando do povo. A crescente insatisfação popular foi carreada nestas eleições por Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN). Fox expõe dubiedade em relação aos Estados Unidos. Fala em maior aproximação com este país e, ao mesmo tempo, se diz contrário ao Acordo de Livre Comércio das Américas. A insatisfação popular foi respondida pela direita. Mesmo com o prestígio do candidato Cuauhtémoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática, a insatisfação não foi galvanizada pela esquerda (o PRD alcançou 17%, manteve o governo da capital do país e se constituiu como a segunda força no Parlamento).

Submissão aos EUA

No Brasil, tem predominado no governo de Fernando Henrique a submissão crescente aos interesses do imperialismo estadunidense. O ministro da Defesa brasileiro, Geraldo Quintão, expressou em Washington uma política em curso para isolar os comandantes militares das Forças Armadas em nosso país. Quintão assinou nos EUA um acordo de submissão que remonta à fase pré-Geisel, visando o controle estrangeiro e a dispersão de nossas Forças Armadas em troca de equipamentos sucateados norte-americanos (navios, tanques etc) e nos deixando sujeitos à inspeções e treinamento de pessoal por parte das Forças Armadas ianques.

É preocupante, também, a declaração pública pró interesses hegemônicos dos

Estados Unidos do ministro Quintão. Para ele, em caso de vitória da esquerda na Colômbia ou com o pretexto de combate ao narcotráfico, o Brasil poderia invadir o país vizinho. E ainda recentemente foi estabelecido um acordo unilateral com os Estados Unidos em que estes poderão utilizar a base espacial de Alcântara, no Maranhão. Os funcionários norte-americanos poderão entrar e sair do país sem problemas de alfândega e os EUA terão lucros pela localização da base, que se situa muito próxima da Linha do Equador.

Rejeição crescente

Recente pesquisa apontou o aumento da rejeição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a maior desde o início de seu segundo mandato. O projeto deste governo se esgotou: não tem mais o que apresentar ao povo e ninguém espera mais nada dele. Setores do governo falam em retomada do crescimento econômico, mas sem maior impacto, pois trata-se de um crescimento muito modesto para atender ao tamanho das necessidades do povo e da crise social que se acumulou nessas duas últimas décadas. Na verdade, entre abril e maio ainda houve declínio na produção industrial. Mesmo o esforço de exportação para procurar reverter o déficit comercial está distante do estimado. Sobre o alarde acerca do baixo nível de inflação, podemos dizer que o que é realmente básico para a população tem sofrido aumento elevado de preço: eletricidade, gás, telefonia, medicamentos, cimento... Por outro lado, os salários estão congelados. Enquanto isso, apenas 3% do parco orçamento anual destinado à área social foram aplicados (e estamos na metade do ano!) e os gastos com propaganda do governo federal neste semestre aumentaram em 150%.

Enfim, o chamado "desenvolvimento" apregoado pelo governo FHC é muito contido e a situação do povo e do país se agrava mais. Por todo lado há empresas fechando; a população cresce, e o PIB não; estamos perdendo duas décadas acumuladas – a de 80 e a de 90. O Brasil está retrocedendo. Este é o retrato do

país sob um governo que se esgotou.

Em decorrência disso, intensificam-se as disputas na base governista. Até mesmo o PSDB expõe divisão: setores desse partido se levantam contra as privatizações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Ao mesmo tempo aparecem divergências de toda ordem: do ministro da Saúde, José Serra, com o governador de São Paulo, Mário Covas e com FHC; de Covas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e assim por diante. O PFL também busca diferenciar-se do governo de Fernando Henrique. Defende um salário mínimo maior e critica os acordos do Brasil com o FMI. Tais posições são tomadas em função do declínio do governo.

A oposição é bastante diversificada e passa por um processo de redefinição de posições. Nas duas mais importantes cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro – a oposição de esquerda apresenta-se dividida nas eleições municipais, correndo o risco, nesta última, de nem chegar ao segundo turno eleitoral. A relação entre os partidos de esquerda atingiu um ponto crítico na fase atual. Os esforços do PCdoB pela união devem persistir, principalmente visando a unidade oposicionista no 2º turno e pós-eleições municipais. As reapetuações, tanto à direita quanto à esquerda, entram num processo de definições. Conforme o resultado do pleito, um novo quadro deve surgir no país, permitindo a formação de novas alianças políticas.

A tendência eleitoral que vai se esboçando é de declínio do governo, perda de poder de FHC e de afastamento de partidos de sua base para o pleito municipal. Até o PSDB, em certos locais, adota linha diferenciada de Fernando Henrique (a exemplo de Teresina: "Fora FHC" e "fica Firmino" – candidato a vice do PSDB). Há a possibilidade de derrota do PSDB, o partido do governo. Tal cenário deve ser aproveitado pela oposição. Porém, há a possibilidade de, pela direita, ser capitalizado pelo PFL.

A orientação do PCdoB

O PCdoB realizou uma maioria de coligações bastante vantajosa, aproveitando

a variedade de possibilidades para coligações. A maior parte das coligações (15 capitais) foi com o PT. O fato de lançarmos candidatos a prefeito e a vice é desatado, pois eleva o Partido a um novo patamar eleitoral. O PCdoB tem maior visibilidade, o que também ajuda a eleger nossa chapa proporcional.

Comparando com 1996, avançamos. Lançamos mais de 2 mil candidatos a vereador (129 nas capitais, onde temos atualmente 14 vereadores). O PCdoB está mais estruturado e mais organizado, comparativamente às eleições de 1996. Lançamos uma maior quantidade de candidatos a vice. Vivemos uma situação favorável ao PCdoB.

No Rio de Janeiro foi correto termos lançado a pré-candidatura de Jandira Feghali e termos tido a flexibilidade posterior. O caminho que encontramos, de coligação com o PT com vice do PCdoB, foi o melhor na busca de levar a esquerda ao 2º turno e alcançar os objetivos partidários. Em Manaus, estamos com chapa com candidato a prefeito e vice só do PCdoB – o Partido é o maior da esquerda e temos uma nominata própria com capacidade para eleger vereadores.

Tarefas do Partido

Na fase atual do pleito municipal, após as celebrações das coligações e definição final das candidaturas, um conjunto de tarefas fundamentais se apresenta para o Partido.

1 Precisamos avançar em nossa estruturação partidária durante a campanha e aglutinar mais aderentes no processo eleitoral. As organizações de base devem funcionar na campanha: elas serão núcleos para o Partido crescer e se cimentar nas mobilizações eleitorais, aglutinando setores envolvidos e novos militantes.

2 Devemos, igualmente, avançar na mobilização de recursos: ou levamos a sério esse fator – que pode ser de estrangulamento – ou nossa campanha corre o risco de claudicar.

3 Inauguração dos comitês de campanha ou de seus lugares de referência.

4 Outra tarefa envolve a definição da fisionomia das campanhas e dos candidatos. No âmbito do município, concentração de esforços na base ou no setor prioritário de campanha. Devemos ter um cuidado especial com a marca de nossa campanha. Temos que nos concentrar nos aspectos prioritários para atingir o eleitorado; cuidar do problema da divulgação, especialmente no rádio e na TV.

5 Todos os municípios vão contar com urnas eletrônicas neste pleito, portanto devemos vincular nome-número desde o início – na votação eletrônica o conhecimento do número do candidato é fator decisivo.

6 Temos de politizar a campanha, partindo da realidade concreta do município ou da cidade. Demonstrar como o projeto neoliberal do governo FHC tem impacto no município.

7 Devemos vincular a disputa eleitoral com as lutas sociais em curso e as mobilizações constantes dos trabalhadores, pois quem capitaliza tais lutas é a esquerda.

8 A denúncia da dimensão da dívida externa do país, que deverá, em agosto e setembro, estar concentrada na Campanha pelo Plebiscito da Dívida, deve merecer prioridade.

*Vice-presidente do PCdoB, informe à 18ª reunião da Comissão Política Nacional

Quadro de coligações do PCdoB para prefeito(a) e vereador(a) nas capitais dos Estados

UF	CAPITAL	CAND. PREFEITO(A)	PART.	CAND. VICE-PREFEITO(A)	PART.	COLIGAÇÃO PARA PREFEITO(A)	COLIGAÇÃO VEREADOR(A)
SE	ARACAJU	Marcelo Deda (Dep. Fed.)	PT	Edvaldo Nogueira	PCdoB	PT	PT
PA	BELÉM	Edmilson Rodrigues (Pref.)	PT	Valdir Ganzer	PT	PT; PSB; PPS; PCB	PT
MG	BELO HORIZONTE	Célio de Castro (Pref.)	PSB	Fernando Pimentel	PT	PSB; PT; PCB; PSC; PTN	PSB; PCB
RR	BOA VISTA	Airton Cascavel (Dep. Fed.)	PPS	Nilva Baraúna	PT	PT; PPS	PT; PPS
MS	CAMPO GRANDE	Ben Hur (Dep. Fed.)	PT	Ari Rigo	PDT	PT; PDT; PSB; PST; PSTU; PAN	PT; PSB; PDT; PSTU; PST; PAN
MT	CUIABÁ	Wilson Santos (Dep. Fed.)	PMDB	Mário Márcio	PDT	PDT; PMDB; PST; PHS	PDT; PMDB; PST; PHS
PR	CURITIBA	Ângelo Vanhoni (Dep. Est.)	PT	Agil Mussi (ex-Secr. Est.)	PPS	PT; PPS; PCB; PV; PGT; PHS	PT; PCB; PHS; PGT
SC	FLORIANÓPOLIS	Sérgio Grandó (ex-Pref.)	PPS	Lia Klein	PCdoB	PDT; PSB; PPS; PMN; PHS; PSC	PDT; PPS; PSB
CE	FORTALEZA	Inácio Arruda (Dep. Fed.)	PCdoB	Arthur Bruno	PT	PT; PDT; PSB; PCB	PT; PDT; PCB
GO	GOIÂNIA	Pedro Wilson (Dep. Fed.)	PT	Linda Monteiro	PPS	PT; PPS; PV; PMN	PT; PV
PB	JOÃO PESSOA	Luis Couto (Dep. Est.)	PT	Walter Aguiar	PT	PT	PT
AP	MACAPÁ	Hildegardo Alencar	PPS	Washington Picanço	PCdoB	PPS; PMN; PAN; PV	PPS; PMN
AL	MACEIÓ	Paulo F. Santos (Paulão - Dep. Est.)	PT	Eduardo Bonfim	PCdoB	PT; PSTU	PT; PSTU
AM	MANAUS	Eron Bezerra (Dep. Est.)	PCdoB	Lúcia Antoni	PCdoB	PCB	PV; PCB
RN	NATAL	Fátima Bezerra (Dep. Est.)	PT	Leonardo Arruda (Dep. Est.)	PDT	PT; PDT; PTdoB; PCB; PHS	PDT; PTdoB; PHS
RS	PORTO ALEGRE	Tarso Genro (ex-Pref.)	PT	João Verle	PT	PT; PSB; PCB	PT; PSB; PCB
RO	PORTO VELHO	Mauro Nazif (Dep. Est.)	PSB	Ernando Segismundo	PT	PT; PSB; PV; PHS	PSB; PHS
PE	RECIFE	João Paulo (Dep. Est.)	PT	Luciano Siqueira	PCdoB	PT; PCB; PGT	PT; PCB; PGT
AC	RIO BRANCO	Raimundo Angelim	PT	Antonio Monteiro Neto	PT	PT; PDT; PSB; PPS; PSDB; PV; PL; PTdoB	PT
RJ	RIO DE JANEIRO	Benedita da Silva (Senadora)	PT	Francisco Milani	PCdoB	PT	PT
BA	SALVADOR	Nelson Pellegrino (Dep. Fed.)	PT	Eliel Fontana (Dep. Est.)	PSB	PT; PSB; PPS; PV; PCB	PT
MA	SÃO LUIS	Jackson Lago (Pref.)	PDT	Tadeu Palácio	PDT	PDT; PFL; PPB; PPS; PMN; PCB; PAN; PRN; PSDC; PV; PTdoB; PSL; PST; PSN; PSC; PSD	PV; PSC PT; PCB; PHS
SP	SÃO PAULO	Marta Suplicy (ex-Dep. Fed.)	PT	Hélio Bicudo (ex-Dep. Fed.)	PT	PT; PCB; PHS	PT; PCB; PHS
PI	TERESINA	Firmino Filho (Pref.)	PSDB	Marcos Silva	PMDB	PSDB; PMDB; PDT; PSB; PV; PMN; PST; PSL; PSC; PTdoB	PDT; PSB
ES	VITÓRIA	Irini Lopes	PT	Luciano Ribeiro	PSB	PT; PSB; PSTU; PL; PMN	PSB; PL; PMN

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Os desafios da campanha no Rio

ANA MARIA ROCHA*

Ao concluir a etapa da realização das convenções e definição dos candidatos majoritários e coligações, o PCdoB no Estado do Rio de Janeiro lança mais de 200 candidatos a vereador em 53 municípios e participa de coligações majoritárias em outros cinco. Em apenas um município sai com chapa própria de vereador. A maioria das coligações foi feita com o PDT, em seguida com o PT, PSB e outros partidos. Este resultado indica um avanço na intervenção política do Partido no Estado e na sua estruturação, tendo mobilizado 2.700 militantes no processo de conferências.

A capital do Rio de Janeiro, como importante centro político para o cenário nacional e palco da disputa presidencial de 2002, viveu momentos de indefinição e de fragmentação tanto no campo da direita quanto da esquerda, com inúmeros candidatos em ambos os lados. Foi nesse cenário que o PCdoB lançou a pré-candidatura da deputada Jandira Feghali à prefeitura do Rio de Janeiro. O objetivo era ser fator de aglutinação de forças para derrotar os conservadores, posicionar bem o PCdoB no quadro da disputa para eleger vereadores e projetar lideranças partidárias visando um maior crescimento do Partido.

Na reta final de definição das coligações, a retirada da candidatura de Sérgio Cabral do PMDB, para apoiar Luiz Paulo Conde do PFL, polarizou a direita em dois candidatos fortes: Conde (PFL) e César Maia (PTB). O campo da esquerda permaneceu fragmentado com seis candidaturas (Jandira Feghali, do PCdoB, Benedita da Silva, do PT, Brizola, do PDT, Alexandre Cardoso, do PSB, Ciro Garcia, do PSTU e Alfredo Sirkis, do PV) e em desvantagem na disputa para chegar ao segundo turno. O PCdoB se esforçou até o último momento para unir a esquerda ou encontrar uma alternativa de aglutinação de forças em torno da candidata Jandira Feghali, que se apresentava como alternativa renovadora e angariava simpatia em importantes setores da população carioca. No entanto a disputa interna no PDT e no PT e entre os dois partidos, que se manifestou nos últimos meses, inviabilizou a unidade da esquerda ou mesmo uma aglutinação de forças em torno da candidatura do PCdoB.

Diante dessa situação, o PCdoB considerou importante fortalecer um pólo em torno do PT, no sentido de tentar derrotar as forças pró-FHC na cidade do Rio de Janeiro e contribuir para levar a esquerda ao



Benedita, Milani e a presidente do PCdoB/RJ, Ana Rocha

segundo turno na disputa eleitoral à prefeitura do Rio de Janeiro. Retirou a candidatura de Jandira Feghali em apoio à candidatura de Benedita da Silva e indicou o nome de Francisco Milani para vice.

Embora não tenha se viabilizado a justa expectativa da militância e de importantes setores da população que viam na candidata do PCdoB uma alternativa avançada na disputa municipal, consideramos que o PCdoB sai fortalecido desse processo, bem posicionado com a indicação do vice na chapa

majoritária e com uma coligação proporcional favorável à eleição de vereador. É a primeira vez que o PCdoB integra uma chapa majoritária na capital do Rio de Janeiro.

O PCdoB se posicionou bem no cenário da disputa municipal do Rio de Janeiro. Mas só uma justa condução na campanha daqui para frente garantirá o êxito da estratégia do Partido e atestará um efetivo crescimento partidário.

*presidente do PCdoB/RJ

“Temos muito o que fazer”

Caro(a) Amigo(a),
Durante seis meses compartilhamos a expectativa de minha candidatura à prefeitura do Rio. Em vários momentos pude constatar o seu apoio e colaboração. Agradeço sua confiança e disposição na busca da consolidação dessa alternativa.

Fizemos um enorme esforço para consolidar esse projeto. Várias iniciativas foram tomadas aglutinando um número cada vez maior de apoiadores. No entanto, o quadro político evoluiu para uma grande concentração de forças em duas candidaturas conservadoras. A esquerda manteve-se fragmentada em seis nomes.

Até o último momento nos empenhamos para aglutinar partidos em apoio ao meu nome. Infelizmente, as disputas internas no PT e no PDT, somadas a outros projetos de caráter mais individual, tornaram inalterada a realidade eleitoral. Assim, a principal tendência da disputa foi sendo definida entre os candidatos Luís Paulo Conde e César Maia, sustentados pelas forças conservadoras da cidade e avalistas da desastrosa política nacional aplicada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Esse novo quadro colocou

uma situação difícil para nós e acredito que para você também. Foi diante dessa realidade e, sobretudo com o objetivo de possibilitar uma união de forças que construíse uma opção para o voto progressista que o PCdoB decidiu coletivamente retirar a candidatura à Prefeitura do Rio, numa tentativa de levar uma candidatura de esquerda ao segundo turno. Foi uma decisão de Partido e não individual da candidata.

Assim, o Partido formou uma coligação com o PT e indicou o ator Francisco Milani como candidato a vice. Quero dizer que compartilho com você esse sentimento de frustração. Mas espero a sua compreensão. Nossa luta continua no processo eleitoral e não se restringe somente a ele. Como representante da sociedade fluminense no Congresso Nacional, continuo com todo o vigor e intransigência na defesa da população, da cidade, do Estado e de nosso país.

Vamos continuar mantendo contato, temos muito o que fazer.

Um abraço,

Jandira Feghali

Aldo Arantes reassume mandato na Câmara

O dirigente comunista Aldo Arantes (PCdoB/GO) voltou a ocupar cadeira na Câmara Federal, substituindo o deputado Pedro Wilson (PT) candidato a prefeito de Goiânia.

Aldo já foi deputado por três mandatos – sendo, num deles, constituinte –, líder do PCdoB na Casa e líder do bloco de oposição (PT, PDT e PCdoB).

Classe: Você teve votação expressiva na última eleição para deputado, por que não conseguiu assumir o mandato?

Aldo Arantes – Tive, no último pleito, minha maior votação, quase 40 mil votos. O fator específico que influenciou a não-eleição foi a retirada dos votos brancos para a definição do quociente eleitoral, e isso fez com que se restringissem drasticamente as sobras eleitorais. Assim, nossa coligação, que calculava eleger dois deputados com 40 mil votos, teve 180 mil e, mesmo assim, elegeu apenas um. A razão maior desse resultado foi a ação do poder econômico e das máquinas administrativas na eleição de candidatos inexpressivos e desconhecidos – que compraram votos e cabos eleitorais.

Classe: Quais seus projetos, agora, como deputado federal?

Aldo Arantes – Pretendo centrar minha ação em atividades de três aspectos: o parlamentar, o movimento popular e o eleitoral. Na atividade parlamentar vamos enfrentar a discussão do endividamento público. O Orçamento da União prevê destinação de 43% para pagamento de encargos da dívida, enquanto que destina pouco mais de 3% para a saúde; apenas 3,7% à educação; e míseros 0,22% ao meio ambiente e 0,9% para a cultura. Esses dados são agravados na execução orçamentária, quando o percentual da dívida se mantém e se reduzem os percentuais destinados às áreas sociais. Essa dramaticidade decorre das imposições do FMI, que sentenciou a redução do déficit público – para atingir os objetivos de pagar a dívida e garantir os interesses do capital financeiro internacional – e cortes dos setores sociais. Isso significa dizer que o governo FHC desconhece, na prática, as demandas do povo brasileiro e absolutiza os ganhos do capital financeiro. Pretendo apresentar um projeto de lei para reduzir de 43% para 15% a destinação orçamentária para os juros e dívida, destinando uma maior dotação orçamentária para as áreas vitais do país e as demandas sociais do povo – ou seja, garantir um apoio mínimo necessário ao desenvolvimento do Brasil e à superação da miséria.

Classe: Como você encara o problema da reforma política pretendida pelo governo?

Aldo Arantes – A reforma política que o governo e sua base de sustentação querem implementar por objetivo elitizar ainda mais o poder político e facilitar a aplicação do projeto neoliberal.

Sua meta imediata é a drástica redução do número de partidos políticos por meio de algumas medidas: adoção do voto distrital misto, cláusula de desempenho e proibição de coligação proporcional. O argumento usado pelos governistas é que isso viria a assegurar a “governabilidade”, o que é completamente falso porque o governo dispõe de uma ampla maioria no Congresso – e as dificuldades que enfrenta estão relacionadas ao fisiologismo e clientelismo de sua própria base de sustentação. Ou seja, o número de partidos não é o real problema. Uma reforma política democrática deveria ter como objetivo a ampliação da representação popular nas instituições públicas. Hoje, por exemplo, o Congresso Nacional é composto em sua maioria por representantes de banqueiros, grandes empresários e latifundiários, enquanto que os representantes dos trabalhadores (do campo e da cidade), das camadas médias e setores explorados são absolutamente minoritários – mesmo sendo a ampla maioria da população. Tal reforma democrática deveria colocar em pauta o financiamento público abrangente (estendido a todos e não somente aos grandes partidos) e a proibição do financiamento particular das campanhas eleitorais. Outra proposta é a necessária democratização dos meios de comunicação, com a abertura dos meios e canais de massa para as entidades representativas da sociedade civil. Hoje, o monopólio desses meios pelos grupos privados – especialmente pela Globo – é deformador, configurando uma verdadeira violência contra a opinião pública e a democracia. Outra proposta, ainda, envolve o aperfeiçoamento do sistema proporcional. Vale lembrar que todas as atuais propostas apresentadas pelo governo FHC já haviam sido incorporadas pela legislação eleitoral da última ditadura militar, e que o voto distrital e a cláusula de barreira foram adotados na Europa, após a II Guerra, para impedir o crescimento da esquerda.

Classe: Como você analisa as eleições em Goiânia?

Aldo Arantes – Nosso candidato a prefeito, o deputado Pedro Wilson, do PT, (com Linda Monteiro, do PPS, para vice), tem grandes chances de ir ao segundo turno e ganhar a eleição. O candidato do PMDB (senador Márcio Miranda) é pouco conhecido em Goiânia e tem fatores negativos por apoiar a política de FHC e ter de explicar os escândalos de corrupção que envolvem o PMDB de Goiás. Outro candidato, o ex-prefeito Darcy Acors (eleito na época pelo PT e que, hoje, está num partido de direita – o PTB) é apoiado pela extrema direita – o PFL de Ronaldo Caiado. A candidatura da deputada de sustentação do PMDB (PPB) também contará com o desgaste natural por apoiar o governo FHC e ser governo local.

PCdoB-PCCh estreitam

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

Uma delegação do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil integrada por José Renato Rabelo, vice-presidente nacional, Haroldo Lima, deputado federal, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, e José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais, visitou a China de 18 a 28 de junho, a convite do Comitê Central do Partido Comunista Chinês. A delegação foi recebida pelos camaradas Li Guixian, membro do Comitê Central e vice-presidente da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês; Dai Bingguo, membro do Comitê Central e diretor do Departamento de Enlace Internacional do CC do PCCh; Liu Jingqin, vice-diretor, Li Liangfu, diretor-geral para América Latina, Guo Yuanzeng, subdiretor, e He Xiaobao, diretor da sessão para o Mercosul.

A visita revestiu-se de significativa importância no quadro das relações amistosas entre os dois partidos, preenchendo uma lacuna histórica depois de 24 anos sem intercâmbio de delegações; contribuiu para alçar essas relações a um novo nível, sobre a base dos princípios de independência, completa igualdade, respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos; e reforçou os tradicionais laços de amizade entre a China e o Brasil e seus povos.

A delegação do Comitê Central do PCdoB foi recebida com a proverbial hospitalidade chinesa, manteve com os camaradas do PCCh conversações de alto nível, intercambiou informações sobre os respectivos países e desenvolveu entendimentos acerca do ulterior desenvolvimento das relações bilaterais. Visitou lugares históricos que testemunham a multimilenar civilização chinesa, tomou contato em Pequim com responsáveis de importantes instituições partidárias, econômicas, estatais e sociais, deslocando-se também à região de Guizhou, no sudoeste, e à grande metrópole de Xangai, entrevistando-se em ambos os casos com os responsáveis do Partido e dos governos locais.

Além das proveitosas conversações com os membros do Comitê Central e do Departamento de Enlace Internacional, a delegação brasileira encontrou-se com o vice-diretor do Departamento de Organização do Comitê Central, camarada Zhang Bailing, de quem recebeu circunstanciada informação sobre essa gigantesca organização política de vanguarda da sociedade chinesa, o Partido Comunista, com seus 63 milhões de membros, que no próximo ano completará 80 anos de existência. Através dessa exposição, conhecemos o esforço organizativo, político e ideológico do Partido, hoje traduzido na luta por uma

ética e uma cultura socialistas.

A delegação brasileira entrevistou-se também com o camarada Wan Jiade, vice-presidente da Confederação Nacional de Sindicatos da China, e com a direção do Instituto Central do PCCh, onde conheceu o trabalho de formação política dos quadros partidários chineses.

Os dirigentes do Partido Comunista do Brasil visitaram o Grande Palácio do Povo, majestosa construção situada na Praça da Paz Celestial, onde funciona a Assembléia Popular (Congresso de Deputados) da República, realizando conversações com o deputado Liu Jiyuan, presidente do Grupo Parlamentar da Amizade Sino-Brasileira, que manifestou agradecimentos pessoalmente ao camarada Haroldo Lima pela atividade desenvolvida à frente do Grupo Parlamentar Brasil-China em defesa da unidade e integridade da China, relacionada com a condenação à atividade separatista de círculos "independentistas" de Taiwan e do Dalai Lama sobre o Tibet, assim como pelo esclarecimento junto à opinião pública brasileira sobre a política de desenvolvimento e de direitos humanos do governo chinês.

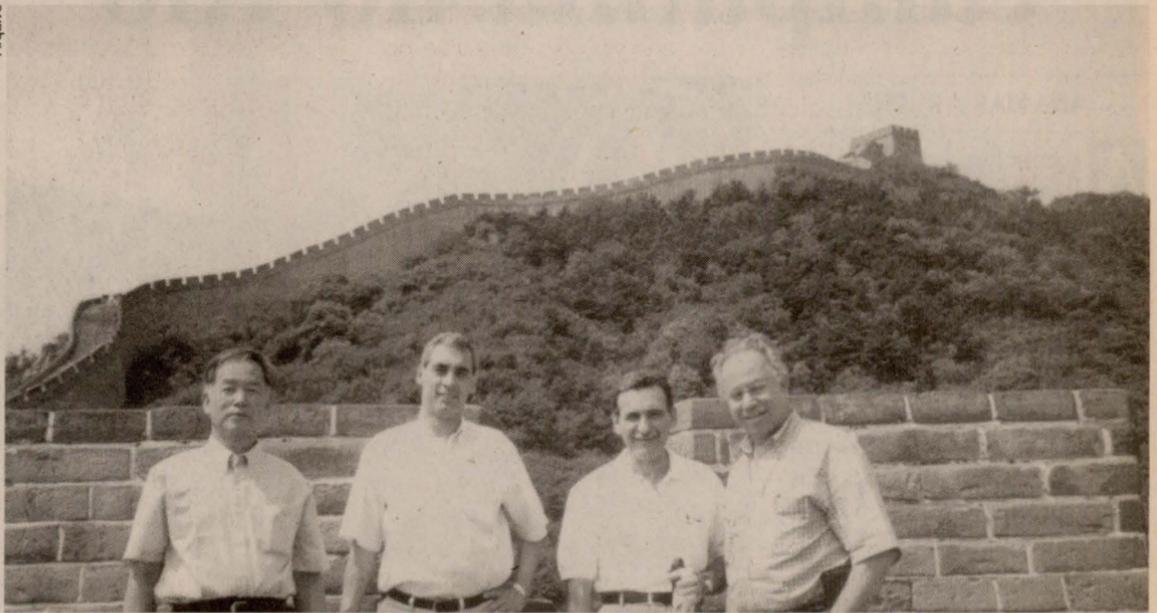
A delegação comunista brasileira prestou homenagem ao Presidente Mao Tsétung no mausoléu construído para cultuar sua memória, que recebe o afluxo diário de milhares de chineses, e visitou a casa onde há 79 anos foi fundado o Partido Comunista Chinês, hoje transformada num Museu voltado para a educação política e ideológica das novas gerações.

A visita da delegação do Comitê Central do PCdoB à China foi noticiada no órgão central do PC Chinês, *Diário do Povo*, e focalizada na programação televisiva da província de Guizhou. Em todas as instituições e empresas que visitou, os comunistas brasileiros foram alvo da atenção e da cordialidade das autoridades, dos funcionários e do povo chineses.

A China que encontramos

Retornamos da China com a forte impressão de que essa visita proporcionará aos comunistas brasileiros um conhecimento novo sobre o grande País asiático. Encontramos a China mergulhada num vórtice de crescimento econômico e de desenvolvimento social. Em duas décadas o país mudou de feição e basta uma rápida mirada para dar razão àqueles que vaticinam o século XXI como "século do dragão". Desde que começou a ser posta em prática em 1978 a política de "reforma e abertura", em decorrência das deliberações tomadas na III Sessão Plenária do XI Comitê Central, a palavra de ordem central no país passou a ser o **desenvolvimento**, categoria considerada por seus

Arquivo



A delegação brasileira (com o intérprete) diante da Muralha da China

dirigentes como verdade absoluta. A partir de um criterioso balanço do que foi "O Grande Salto à Frente", em fins dos anos 50, e a "Revolução Cultural", de meados dos anos 60 até 1976, considerada como "a década perdida", o Partido Comunista Chinês tomou consciência de que num ambiente de aguda competição internacional, era imensa a distância econômica, científica e tecnológica entre a China e os países desenvolvidos, o que constitui importante fator de pressão sobre o socialismo. Essa pressão, por razões óbvias, torna-se ainda mais aguda no atual quadro internacional.

Encontramos um país e um povo que sabem o que querem, possuem um projeto claro de desenvolvimento, têm plena consciência do papel que desempenham no mundo e na época, domínio dos caminhos que vão trilhar e de como fazer para atingir seus objetivos. O Partido Comunista e o governo chinês têm por meta programática realizar a modernização socialista da China, transformá-la num país socialista próspero, poderoso, democrático, medianamente desenvolvido, capaz de oferecer um nível de vida cômodo para sua imensa população. A medida do avanço chinês nas duas décadas que se seguiram ao início da política de reforma e abertura é o crescimento do PIB, que em 1978 era de 363 bilhões de yuans e hoje é de 8 trilhões de yuans (1 trilhão de dólares), situando a China, de acordo com o relatório do Banco Mundial de setembro de 1999, como a sétima economia do mundo, atrás dos EUA, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e na frente do Brasil, Canadá e Espanha. Conscientes dos desafios que têm diante de si para atingir a meta de em 50 anos alçar a economia do país ao nível médio de desenvolvimento, os dirigentes chineses ressaltam que devido à enorme população de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, que crescerá nas próximas cinco décadas, apesar do planejamento demográfico, para 1 bilhão e 500 milhões, o PIB per

cápita e a renda per cápita ainda são baixos, o que posiciona a China na faixa dos países em vias de desenvolvimento. Os chineses consideram que ainda necessitam de mais 50 anos para quadruplicar o PIB do país, elevar a renda per cápita ao patamar de 4 mil dólares e assim se tornar um país medianamente desenvolvido.

Não obstante essa paciência e visão estratégica de longo prazo, o desenvolvimento da China surpreende e estonteia o visitante, com seu vertiginoso ritmo de construções, com a grandiosidade das suas mega-cidades, sua capital Pequim transfigurada e modernizada e seu maior centro econômico, a cidade de Xangai, transformada numa das maiores metrópoles do mundo depois da construção da nova área de Pudong. A China surpreende também pelo seu mercado florescente, abastecido e diversificado, pelo desenvolvimento humano, pela cultura e o surgimento de novos padrões de civilização, por indicadores sociais típicos de um país cujo escopo da política de desenvolvimento é o ser humano. A China chama a atenção também pelo ambicioso programa de interiorização do desenvolvimento, rumo às regiões central e ocidental até as mais recônditas e ainda atrasadas.

A que se devem os êxitos da China? Para onde vai a China? Foram as nossas persistentes perguntas, que formulamos com

franqueza e camaradagem. Desde o mais alto dirigente, ao mais simples funcionário, ouvimos dizer que tudo o que a China alcançou nos 50 anos de sua construção socialista a partir da tomada do poder em 1º de outubro de 1949, e particularmente depois de 1978, deve-se ao socialismo e à firme orientação do país pela ideologia marxista-leninista, enriquecida nas condições da China pelo pensamento de Mao Tsétung e desenvolvida na época atual pela teoria de Deng Xiaoping. Os camaradas chineses nos explicaram que todo o esforço do Partido está concentrado na edificação da sociedade socialista com peculiaridades chinesas, a qual, por razões históricas objetivas, encontra-se ainda em sua **etapa primária**. Com a serenidade e a prudência de quem conhece o tempo histórico, a diversidade de situações e está calejado pela experiência, os dirigentes chineses adotaram uma máxima formulada pelo camarada Deng Xiaoping: "a verdade está nos fatos". No informe ao XV Congresso do PCCh realizado em 1997, o mais alto dirigente chinês da atualidade, camarada Zhiang Zemin, secretário-geral do Partido e presidente da República, declarou: "Desde a III Sessão Plenária do XI Comitê Central (1978), o Partido analisou corretamente as condições da China e formulou a tese científica de que a China ainda está

Arquivo



Representantes do governo e do PCCh com os brasileiros

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

relações

na etapa primária do socialismo. Quando falamos acerca da necessidade de partir da realidade em tudo o que fazemos, a maior realidade é que a China está atualmente na etapa primária do socialismo e que permanecerá nessa etapa por muito tempo". Os dirigentes chineses elaboraram a teoria de construção do socialismo com peculiaridades chinesas partindo da realidade concreta e da experiência vivida. É ainda o presidente Zemin quem diz no informe citado: "Uma das razões fundamentais de nossos desacertos na construção do socialismo antes da III Sessão Plenária do XI Comitê Central era que algumas de nossas tarefas e políticas ultrapassavam a etapa primária do socialismo. Uma das razões básicas para os êxitos da reforma, da abertura e da modernização nas últimas duas décadas é que corrigimos os conceitos e políticas errôneos que superavam a etapa primária do socialismo e que rejeitamos a errônea proposição de que devíamos deixar de lado o sistema básico do socialismo". Eis aqui apresentado, com a precisão e clareza próprias do estilo chinês, o busfílis da questão – partir da realidade tal e qual é, não idealizá-la nem falseá-la e rejeitar a proposição de abrir mão do sistema básico do socialismo.

Foi com essa convicção que os comunistas chineses lançaram-se na ciclópica empresa de construir um país socialista próspero, moderno, civilizado. Foi com essas premissas que elaboraram e estão pondo em prática há mais de vinte anos a política de reforma, abertura e modernização. Tal política pressupõe admitir que convivam ao lado da propriedade pública, que será sempre predominante na economia socialista, outros tipos de propriedade – pequena e média propriedade privada capitalista em suas diferentes formas e permitir, resguardadas a independência nacional e a capacidade de autodecisão do país, um maciço aporte de capital estrangeiro, com função complementar à economia nacional. Reiteradas vezes, durante a visita ouvimos os camaradas chineses assegurarem que a reforma, a abertura e a modernização subordinam-se aos quatro princípios cardeais: o país mantém o rumo socialista; o regime político é o da ditadura da democracia popular; a força dirigente da sociedade é o Partido Comunista; e a ideologia orientadora é o marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Tsétung e a teoria de Deng Xiaoping sobre a construção do socialismo com peculiaridades chinesas.

A China tem ousado em seu programa de reforma, abertura e modernização, o que lhe tem garantido êxitos e desencadeia a iniciativa, o entusiasmo e o apoio do povo. Mas engana-se quem imagina que esteja em curso al-

gum programa de "ocidentalização" do país. A orientação do Partido é para a construção de um sistema político democrático e moderno, com respeito aos direitos humanos e sob o império da lei, através do aperfeiçoamento das instituições socialistas, o que no plano político implica o aprimoramento do sistema de Assembléias Populares e não a sua substituição pelo parlamentarismo burguês.

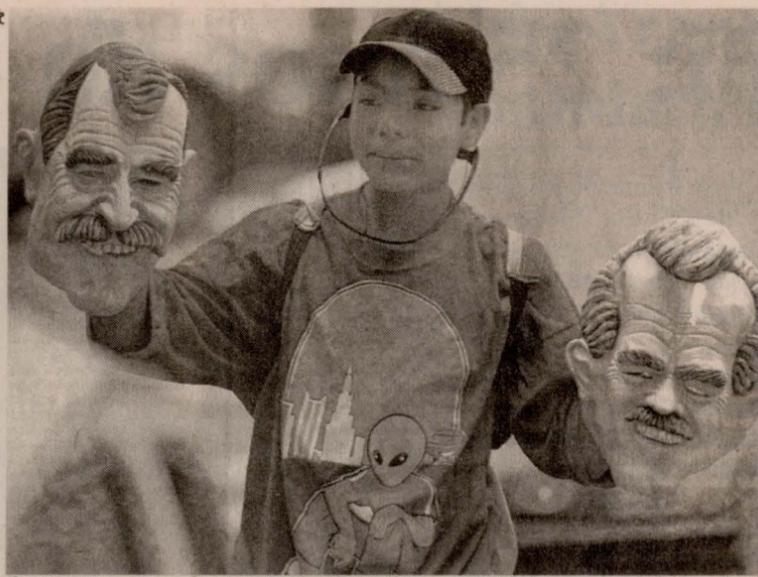
A China, sua unidade e os povos do mundo

No diálogo e discussões com a direção chinesa, a delegação do PCdoB tomou conhecimento também da política externa chinesa e dos esforços que o país vem fazendo para alcançar sua completa reunificação. Os atuais dirigentes do país reiteraram as idéias fundamentais de Deng Xiaoping em matéria de política externa: partir dos interesses fundamentais do povo chinês e de outros países, não ceder ante nenhuma pressão exterior nem entrar em alianças com nenhuma potência ou grupo de países, não estabelecer nenhum bloco militar, não participar da corrida armamentista nem buscar a expansão militar, trabalhar para criar uma nova ordem política e econômica internacional que seja justa e racional, baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, de acordo com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e que reflita a tendência dos tempos atuais de buscar a paz e o desenvolvimento. De acordo com as palavras do presidente Zemin no informe ao XV Congresso, "O futuro do mundo é brilhante mas o caminho é tortuoso. O povo chinês está disposto a dar a mão aos povos de outros países para realizar esforços incansáveis a fim de promover a elevada causa da paz e o desenvolvimento e trabalhar por um futuro melhor para a humanidade".

A China inicia o novo século orgulhosa de sua trajetória e triunfante por haver recuperado os territórios de Hong Kong e Macau, reitera seu propósito de reunificação pacífica da pátria com a incorporação de Taiwan e de defender a todo custo a sua integridade nacional.

A visita da delegação do Comitê Central do PCdoB à China resultará no fortalecimento das relações entre os dois Partidos. Terá repercussão positiva para o conjunto da atividade internacionalista do PCdoB. Voltamos convencidos de que a difusão dos grandes êxitos da construção do socialismo na China constitui importante aspecto da atividade internacionalista dos comunistas brasileiros. As vitórias do socialismo na China alentam os que se batem pela independência nacional e o progresso social.

*secretário de Relações Internacionais do PCdoB



Garoto com máscaras de Fox (à esquerda) e Labastida

Eleições no México

"Pobre México! Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!" Porfirio Díaz

ALDO REBELO*

Dois dias depois de eleito presidente do México, o empresário Vicente Fox foi ao Clube dos Industriais apresentar suas idéias. Lá estavam do arcebispo-primaz, Norberto Rivera, ao presidente da importante indústria Cimentos Mexicanos, Lorenzo Zambrano. Apesar de a reunião ter sido realizada a portas fechadas, os jornais mexicanos relataram que os representantes das principais entidades empresariais do país aplaudiram os planos do novo presidente. O Conselho de Coordenação Empresarial apresentou um questionário de dez pontos, com indagações e reivindicações que iam de reformas fiscal e trabalhista, melhoria da infra-estrutura física, treinamento de mão-de-obra e crescimento mais acelerado da economia, e ficou satisfeito com as respostas de Fox. A primeira reivindicação do proprietário da Cimentos Mexicanos foi que a burocracia estatal seja substituída por "pessoas honestas e profissionais".

A eleição de Fox é, por enquanto, apenas isso – uma troca da oligarquia no poder, com um efeito monumental: a derrota do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que desde sua fundação, em 1929, empalmou o poder e no começo representou e a seguir traiu o legado da Revolução Mexicana, realizada nos anos 20 na esteira das idéias e das lutas de liberais reformistas e de revolucionários como Benito Juárez, Plutarco Elías Calles, Pancho Vila e Emiliano Zapata. Uma das grandes obras da revolução foi a reforma agrária que liquidou a "hacienda mexicana", originada desde a dominação espanhola como uma unidade produtiva parecida à dos engenhos da ciclo da cana-de-açúcar no Brasil. Outra, a Constituição de 1917, a primeira no mundo a incorporar no texto a moderna legislação social e trabalhista. No final do século XIX, apenas 21 proprietários detinham 13% das terras do México, convivendo com a miséria dos camponeses. Em sete décadas de poder, o PRI confundiu-se com um partido de Estado, autoritário e corrupto, e parece ter sido enfim descartado pelas elites mexicanas, insatisfeitas com a degradação do aparelho estatal do país. Fox,

oriundo de setores à direita do PRI, surge como um gerente empresarial disposto a "racionalizar" a administração.

Até tomar posse, em 1º de novembro, Fox vai, forçosamente, detalhar seu plano para o México, chamado de "Grande Visão", e mostrar que forças econômicas e políticas vão orientar o governo. Há quem veja um viés progressista na coligação centrodireitista que desbancou o PRI. Um dos principais assessores de Fox é Jorge Castañeda, cientista político argentino que dá aulas nas universidades Autônoma do México e de Nova York, é autor de uma biografia de Guevara que um crítico chamou de "a segunda morte do Che". Castañeda atuou nos recentes governos do PRI como "embaixador emérito do México". É um dos muitos politólogos latino-americanos que, apontando o fim da esquerda na região, acredita que "as idéias da esquerda" vão avançar, embora suas "vitórias eleitorais continuem insuficientes para lhe permitir a direção de um governo". Por isso ele vê com simpatia e apóia o governo de Hugo Chávez na Venezuela.

Outro caminho para a compreensão do fenômeno Vicente Fox é o brasileiro Mangabeira Unger. Os dois são de Harvard, a prestigiada universidade americana que também moldou as idéias do candidato (apoiado pelos Estados Unidos) derrotado, no Peru. Mangabeira organizou um fórum, com Castañeda, de que participaram Fox, Ciro Gomes, Lula e Vicentinho. O professor brasileiro acha que o futuro presidente do México vai trabalhar para aprofundar a democracia, reduzir as disparidades sociais e o desemprego. Os indicadores são brasileiros: os 20% mais ricos ficam com 58,2% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres embolsam apenas 3,6%.

Tal como agiu como governador do Estado de Guanajuato, de 1991 a 1995, e como propagandeiro em sua campanha, Fox dá sinais de que pretende tocar o país como um executivo. Ele vem de uma família de agricultores, beneficiada pela grande reforma agrária dos anos 20. Foi presidente da Coca-Cola no México (e para a América Latina). Integrou o Partido Ação Nacional (PAN) – agremiação de direi-

ta que surgiu em 1939 para opor-se à linha reformista do PRI e incorporou em seu programa idéias do ditador fascista espanhol generalíssimo Franco.

Na campanha, fez questão de dizer que não é um neoliberal, falou em "paz digna" com a rebelião de Chiapas, já chamada por um analista de "guerrilha pós-moderna" e admitiu a privatização da Pemex, a Petrobras deles, sexta maior companhia petrolífera do mundo. À imprensa, o presidente eleito fez declarações positivas sobre o Mercosul e reticentes sobre o Nafta – acordo de livre comércio com os Estados Unidos e Canadá, firmado em 1992 – e a Alca, área de livre comércio que os americanos querem estender a toda a América Latina. Fox demonstrou simpatia pelo Mercosul, como mercado livre efetivo, e não como pacto aduaneiro, e chegou a dizer que seria boa a integração de Argentina, Brasil, Chile e México. Ocorre que tanto o Nafta quanto a Alca são projetos de mercado comum – e de hegemonia política – que conflitam com o Mercosul. E a economia do México é, historicamente, dependente da americana – o comércio com os Estados Unidos tem variado de 60% a 90%, de acordo com a época. "Fechada" como a brasileira, a economia mexicana abriu-se, nos anos 80, e seguiu as receitas de Washington. Endividou-se, aceitou os "capitais voláteis" e em 1996 quebrou estrepitosamente.

A campanha de Fox foi na alma de uma das mais gratas reivindicações do eleitorado mexicano – a burocracia partidária que tomou conta do país, a ponto de, por 71 anos, o PRI ter sido uma espécie de partido de Estado. Nas sete décadas, o PRI elegeu como quis os presidentes – e maioria deles tocou de ouvido com a oligarquia e nutriu-se da corrupção endêmica, que, mais recentemente, descambou para associações com o narcotráfico, a exemplo da família do presidente Carlos Salinas, cujo irmão Raul ainda hoje é procurado pela polícia. Nas eleições anteriores, um candidato do PRI, Donaldo Colosio, percebeu que era hora de desvincular o partido do Estado – e foi assassinado.

A esquerda é representada pelo Partido da Revolução Democrática, que pela segunda vez venceu as eleições para a prefeitura da Cidade do México, onde se concentram 17 milhões de habitantes. O PRD festejou a derrota do "velho regime" como "uma mudança de fundo e não de fachada", segundo o líder Cuauhtémoc Cárdenas, terceiro colocado no pleito, com 17% dos votos. Cárdenas entrincheirou-se "na mais firme oposição contra a negligência, o obscurantismo, o oportunismo e a improvisação" que ele antevê para o governo de Fox.

A ambigüidade de Fox revela-se também nas suas declarações sobre Cuba. Em um instante, o tom da ameaça quando disse que Fidel Castro não dormiria se ele fosse eleito presidente do México. Depois o tom conciliador, de promessas de ampliar as relações com a altruista ilha do Caribe.

*jornalista e deputado federal por São Paulo-PCdoB

INTERNACIONAL

Vietnã: 25 anos da reunificação

ALDO REBELO*

Há 25 anos a História aplicou uma das mais candentes lições aos homens. O povo do Vietnã expulsou de seu país o invasor norte-americano. Durante uma década, o mais forte, mais bem armado, mais truculento exército do mundo tentou dobrar a altivez e a soberania do pequeno país do sudeste da Ásia. Foi derrotado com humilhação.

A chamada Guerra do Vietnã, segundo os norte-americanos, ou Guerra Americana, de acordo com os vietnamitas, foi um prolongamento de secular invasão estrangeira. Mas todas elas, dos chineses, no século 15, os franceses, no século 19, os japoneses no século 20, encontraram resistência heróica de um povo patriota.

Interesses externos, ditados pelas potências, sempre tentaram fracionar e dominar o Vietnã, por causa de seus portos estratégicos no sudeste asiático. Já no século 19 o colonialismo francês apossou-se da Indochina, mas a resistência do povo agredido, numa seqüência de lutas, líderes e frentes nacionalistas, estendeu-se até a segunda metade do século 20 sem jamais dobrar-se ao estrangeiro. Liderado pela Liga da Independência e mais tarde pelo Partido Comunista, sobretudo a partir de 1930, tendo à frente o estadista Ho Chi Min, o Vietnã impôs pesadas derrotas aos invasores. Durante a Segunda Guerra Mundial foi a vez de o Japão invadir o Vietnã. Foi derrotado. O movimento anticolonialista e pró-independência saiu vitorioso em 1946, quando Paris reconheceu a independência do Vietnã, mas quis manter o país como integrante da União Francesa.

Ocorreu, então, a chamada Guerra da Indochina. Os colonizadores foram expulsos. Em 1954, o Vietnã foi dividido em dois. O Norte, dirigido pelos comunistas, e o Sul, já então um enclave norte-americano, que apoiava a França. Os patriotas vietnamitas nunca se conformaram com a divisão, sobretudo quando o general pró-EUA Ngo Dinh Diem rompeu os acordos com vistas à reunificação e instalou uma ditadura servil aos Estados Unidos. O Norte decidiu que era hora de reunificar o país.

A partir daí, teve início o mais sangrento conflito armado da segunda metade do século 20. No jogo da guerra fria, manipulando teses exóticas como a da "teoria do domínio", os Estados Unidos acharam que tinham o direito de ensinar um povo a viver. E agiram como se o chamado Vietnã do Sul fosse seu território, um enclave onde poderiam instalar suas bases e fincar sua bandeira. Dominaram o governo de Seul. Despacharam centenas de milhares de soldados. Corromperam as autoridades locais. Disseminaram a prostituição. Contaminaram uma cultura milenar, de formação confucionista e budista, com um materialismo argentário baseado no consumo.

Mas encontraram a resistência do Viet Cong, o braço armado da Frente de Libertação Nacional articulada pelo Partido Comunista. Hanói, a capital do Norte, foi bombardeada impiedosamente, e todo o país foi pisoteado por uma quantidade de explosivos considerada superior à usada em toda a II Grande Guerra. Pela primeira vez na história, as armas químicas foram usadas como um instrumento banal. Desfolhantes arrasavam as matas e o terrível napalm dilacerava, indistintamente, a pele de guerrilheiros, civis das cidades e camponeses indefesos.

À frente do exército vietnamita, o general Vo Nguyen Giap preparou uma das mais bem articuladas operações militares da história, a Ofensiva do Tet. Em 30 de



Soldado dos EUA no Vietnã, em 66

janeiro de 1968, ataques simultâneos e inesperados, por ser o dia de descanso do Ano Novo Lunar, foram desfechados contra várias cidades do Sul e impuseram pesadas baixas ao inimigo. Até a embaixada norte-americana em Saigon foi atacada.

A guerra fácil, que o Pentágono apresentava como uma vitória iminente, mudou definitivamente de rumo. Os norte-americanos começaram a provar a derrota na frente de batalha e em casa. Filmes, livros, quadros, músicas de artistas de todo o mundo repudiavam a agressão. Estudantes ganharam as ruas em Berkeley, ativistas pela paz ocuparam praças de Washington com protestos vigorosos. A classe média norte-americana, até então iludida pela propaganda de guerra, passou a ver na TV seus filhos voltando para casa em sacos plásticos. A do Vietnã foi a primeira guerra da televisão e, também, destacou-se como o conflito em que jornalistas independentes e corajosos dos Estados Unidos, como Peter Arnett e Seymour Hersh, romperam a prática de divulgar como verdade as versões fantasiosas dos generais que sofriam baixas no campo de batalha e inventavam vitórias nos comunicados à imprensa.

O comandante-chefe William Westmoreland ficou famoso não só por perder a guerra para um exército menor e menos equipado, como também por afirmar que os vietnamitas não tinham sentimentos. As mentiras da máquina de guerra norte-americana chegaram ao auge em 1970, quando a agressão foi estendida secretamente ao Camboja, bombardeado como Hanói. A Casa Branca negou o ato de agressão até ser desmascarada por funcionários do governo e por parte da imprensa.

Contradizendo o papel civilizador com que os Estados Unidos explicavam sua presença no Vietnã, o repórter Seymour Hersh investigou e revelou ao mundo o massacre de My Lai uma crime de feição nazista em que soldados americanos trucidaram uma aldeia de camponeses. Os nazistas, por nojo étnico, não molestavam as mulheres judias nos campos de concentração, mas oficiais dos EUA, empunhando o estandarte da democracia, estupravam meninas e assassinavam anciões nas aldeias do Vietnã.

A foto da garota Him Puc, correndo nua, a pele soltando-se do corpo pelo efeito do napalm lançado pelos norte-americanos, foi um dos ícones dos anos 70, contribuindo para documentar a selvageria de um exército que invadira um país soberano com o único objetivo de impor suas



Vietnamitas passeiam em Hanoi, "a cidade da paz", em 2000

regras a um povo livre.

As duras, cruéis imagens da agressão geraram uma solidariedade internacional que comprometeu a arrogância ianque. Além da progressiva derrota militar, a maior e mais agressiva potência bélica do planeta sofria um revés moral.

A paz, como sempre, veio com a vitória das armas. Imersos no pântano da sua própria agressão, vencidos militar e moralmente, os Estados Unidos reconheceram que não poderiam render aquele exército de homens pequenos na estatura mas gigantes na coragem, combatendo sozinhos, de vez que jamais aceitaram tropas de países solidários, subalimentados, pois às vezes comiam apenas um bolinho de arroz, enquanto seus oponentes degustavam três refeições quentes por dia. Muito se fala dos 58 mil norte-americanos mortos na guerra. Omite-se, no entanto, que os vietnamitas enterraram 3 milhões de compatriotas. Onze anos de invasão, bombardeios e bloqueio econômico não debilitaram a fibra daquele povo.

A diferença é que os vietnamitas lutavam pela liberdade, pela soberania de seu país, enquanto o invasor soçobrava na sua teoria geopolítica de xerife do mundo. Deus mal. Em 1973, o secretário de Estado Henry Kissinger assinou o tratado de cessar fogo com o diplomata vietnamita Le Duc Tho.

Era mais que hora de conduzir a derrota para casa. Mas, tal como os franceses depois do acordo dos anos 50, os americanos permaneceram no Vietnã. Em 30

de abril de 1975, o exército de libertação estacionou tanques no palácio presidencial de Saigon, levando a libertação e um novo nome para a capital do Sul: Ho Chi Min. O que se viu, então, foi uma das retiradas mais humilhantes da história: conselheiros militares, diplomatas, espões americanos se digladiavam para entrar num dos aviões que conduziriam os derrotados de volta ao lugar de onde nunca deveriam ter saído. Nem quando o Exército Vermelho da União Soviética expurgou a Europa oriental do tacão nazista, na II Guerra, viu-se uma tropa bater em retirada de forma tão ultrajante. Não por acaso a desastrosa aventura militar dos EUA no Vietnã virou sinônimo de "atoleiro político".

Apesar do cenário de horror e devastação que uma guerra sempre cria e deixa impresso na paisagem de um país e na memória de um povo, os vietnamitas têm do de orgulhar. Lutaram pelo que acreditavam. Reunificaram seu país e o estão reconstruindo com todo o sacrifício e tenacidade com que se defenderam de um poderoso inimigo. Demonstraram ao mundo que a vitória depende da justa causa e da valentia de defendê-la.

No 25º aniversário da paz, queremos aqui cumprimentar a República Socialista do Vietnã, por ter mostrado que a autodeterminação e a soberania são os bens mais preciosos de um povo.

*deputado federal PCdoB/SP





A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

Pagamento:

cheque nominal

dinheiro

Cartão nº Validade

Vale postal nº

Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú

15 edições

R\$ 15,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Tel.: (____) _____

Correio eletrônico: _____



Cidade: _____
Data de nascimento: _____
Profissão: _____

Data da assinatura: ____/____/____

PCdoB

Ampla aliança baiana

Bm Conferência Municipal realizada dia 16 de junho, Daniel Almeida foi confirmado como candidato a vereador nas eleições em Salvador. Além de Daniel, o PCdoB apresentará ao eleitorado os seguintes nomes: Javier Alfaya (já vereador), Olívia Santana (presidente da União de Negros pela Igualdade - Unegro), Reginaldo Oliveira (presidente licenciado do Sindicato dos Comerciantes), Paulo Colombiano (liderança expressiva entre os trabalhadores em transportes de Salvador) e os professores Josmir Pires dos Santos e Lauro Amorim do Rosário.

Segundo Daniel, "estaremos inseridos na luta em defesa da construção de um projeto alternativo, democrático, que valorize o cidadão e o trabalho. O nosso mandato estará a serviço de um governo para Salvador que corresponda aos interesses do conjunto das pessoas e que trabalhe por toda a cidade. Quero, se conquistar este quarto mandato, dar uma atenção especial aos problemas sociais, que se agravam em consequência deste projeto neoliberal em curso no país".

Aliança histórica

A Frente 2 de Julho, integrada pelo PCdoB e encabeçada por Nelson Pelegrino, é formada por seis partidos, uma das mais amplas da história das oposições na Bahia. Pela primeira vez, o candidato de esquerda



Daniel: projeto alternativo

começa uma eleição em Salvador com um percentual de mais de 20% das intenções de voto.

Na opinião de Daniel, "os problemas de Salvador, como desemprego, violência, arrocho etc são, na sua maioria, consequência do projeto neoliberal imposto por FHC e apoiado por ACM. Vamos mostrar à população que ACM e FHC são a mesma coisa, defendem os mesmos interesses. Iremos também mostrar que Imbassahy administra para a elite e é um governo de exclusão. Além disso, iremos demonstrar que temos condição de ganhar a eleição e de governar, com competência, esta cidade, implementando um projeto com base na organização e participação popular. Faremos isso, mostrando as referências de outras cidades baianas governadas com enorme sucesso pela oposição, como Irecê e Vitória da Conquista, além de outras capitais brasileiras onde a esquerda faz bonito".

Pernambuco em ritmo de campanha

A carreata de abertura da campanha de Luciana Santos, candidata do PCdoB para prefeita de Olinda foi um sucesso. Foram mais de cem carros. Bandeiras, faróis acesos, alertas ligados e sons de buzinas chamaram a atenção do povo. "Essa campanha é a única que está nas ruas num ritmo de disposição", declarou Luciana, candidata pela coligação **Olinda Oposição Popular** (PCdoB-PT-PSB-PCB-PGT-PSN).

Recife: unidade

Empolgante. Esta é a palavra para definir a concentração que reuniu centenas de militantes, na Assembléia Legislativa, dia 17 de junho, na campanha de Recife. Luciano Siqueira, candidato a vice, referiu-se ao fato de que há outras candidaturas de oposição: "os demais nós os consideramos combatentes de trincheiras distintas, mas do mesmo lado - o que não nos impede, entretanto, de afirmar que a Frente de Esquerda é que representa o que há de mais avançado e mais identificado com os interesses fundamentais do povo." João Paulo, candidato a prefeito, assinalou que "esta batalha será vencida pela força da militância."

Cabo com Elias Gomes

No dia 18 de junho, no Cabo de Santo Agostinho, 150 militantes realizaram a conferência municipal do PCdoB. O evento formalizou o apoio ao prefeito Elias Gomes do PPS, candidato à reeleição, e homologou 9 candidaturas a vereador, encabeçadas pelo médico Carlos José (65123) e pelo líder comunitário Silvinho (65111).

Santana em Camaragibe

Também no dia 18, os partidos que apoiam a reeleição do prefeito Paulo Santana (PT) realizaram festa em Camaragibe. Ainda na Área Metropolitana ocorreram conferências municipais do PCdoB em Paulista, onde os comunistas se unem ao PCB, PV e PSN em chapa de candidatos a vereador, e apoiam o prefeito Geraldo Pinho Alves (PDT); em Igarassu, tendo o prefeito Yves Ribeiro (PSB) como candidato à reeleição; em São Lourenço da Mata, onde o PCdoB apoia o prefeito Ettore Labanca (PPS); e em Jaboatão, em conjunto com o PT, o PPS, o PGT e o PSN, em apoio à chapa Paulo Rubem Santiago (PT) e Amaro Gantois (PPS).

Festa popular aclama Eron Bezerra em Manaus

SABÁRAPOSO

Com a candidatura do deputado estadual Eron Bezerra, o PCdoB entrou na disputa pela Prefeitura de Manaus com a disposição de buscar a vitória em cada rua, beco, praça ou avenida da cidade. O primeiro teste foi a convenção, realizada no último dia 25 com a presença de mais de 4 mil pessoas. "Somos Oposição Pra Valer aos três níveis de governo, por que é assim que a sociedade quer", afirmou a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB), coordenadora da campanha.

O PCdoB compõem a coligação **Oposição Pra Valer**, com o PCB e o PV. Vindos de todos os bairros da cidade e representando todos os segmentos sociais, artistas, intelectuais, grupos folclóricos, sindicalistas, estudantes, grupos de capoeira, esportistas, trabalhadores, transformaram a convenção numa grande festa popular.

A mudança na forma de administrar Manaus é um anseio da sociedade que aponta contradição entre o aumento da arrecadação da cidade e a redução da qualidade dos serviços públicos, falta de urbanização, diminuição do número de matrículas na rede pública de ensino. Enquanto isso a prioridade na utilização dos recursos públicos são as obras de facha-



Campanha ganha as ruas de Manaus

da, a propaganda enganosa e o pagamento de empreiteiras.

Esse quadro foi destacado por Luiz Navarro, presidente do PCB, e o ex-senador Evandro Carreiro, presidente do PV, concordando que a candidatura de Eron Bezerra além de atender os anseios da população, representa a resistência contra as oligarquias que ainda dominam a política e a vida do Amazonas.

Participação popular

Eron Bezerra afirmou que "o início da campanha do PCdoB marca o início da nova história de Manaus, onde o povo será o ponto central". Ele assumiu o compromisso de mudar a forma de governar a cidade, adotando a transparência administrativa, o planejamento e a participação popular, como regras básicas. "Nosso compromisso não é com empreiteiras,

mas com a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, nossa meta imediata é a instituição do orçamento participativo, da bolsa escola. Adotaremos programas de geração de emprego e renda e exigiremos sempre a fiscalização e o acompanhamento do povo".

Edilon Queiroz, presidente estadual da CUT, e mais 24 dirigentes sindicais, anunciaram o ingresso no PCdoB e incorporaram-se à campanha de Eron Bezerra. Junto com Edilon, filiou-se ao PCdoB praticamente toda a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Manaus. Entre eles estão, Samuel Coelho, vice-presidente; Bernardino Ferreira, secretário-geral; João da Cruz, tesoureiro; além dos diretores Manoel Camilo de Souza, Maria das Graças Batalha, Rejeane Dantas e Manoel Silva.

Frente de esquerda em Curitiba

O PCdoB de Curitiba realizou conferência municipal dia 30 de junho num clima de muita unidade e alto astral. O Partido vai apoiar o nome de Ângelo Vanhoni (PT) à prefeitura e ratificou a candidatura de Ricardo Gomyde para vereador. Também integram a frente PPS, PV, PCB, PMN e PHS.

Para o presidente estadual do PCdoB, Milton Alves, "esta aliança prova que o campo popular está unido em Curitiba e pensa grande. Estaremos ajudando o povo a derrotar Taniguchi e Jaime Lerner, sustentáculos da política neoliberal de FHC".

"Vamos defender a escola pública, o passe livre, que é um instrumento fundamental para este acesso, e aprovar na Câmara leis que incentivem a geração de empregos para a juventude, como o projeto Bolsa-Escola. Também vamos ampliar o debate pela democratização do legislativo municipal, que hoje só sabe dizer amém para a prefeitura. Queremos e vamos abrir essa caixa preta", afirma Ricardo Gomyde. Deputado Federal de 94 a 98, Gomyde é identificado com a defesa da juventude e da educação pública. "Contamos com a nossa



Gomyde: vitória da unidade

militância, que é decidida, aguerida, ousada".

Comunistas no interior

O PCdoB lançou candidaturas nas principais cidades do interior do Paraná. Os candidatos têm boas chances de eleição em Londrina, com o jornalista e ex-diretor da UNE, José Otávio, e em Pato Branco, com o arquiteto Nereu Cemi (duas vezes vereador na cidade). Em Toledo, Paraná, o PCdoB lança o dentista Chico Brasileiro e, em Francisco Beltrão, Jocemar Madruga.

PCdoB tem o vice em Aracaju

A coligação **Aracaju para todos**, composta pelo PT, PCdoB e PCB e encabeçada pelo deputado federal Marcelo Deda, do PT, indicou por unanimidade o nome do presidente do PCdoB em Sergipe, Edvaldo Nogueira, como candidato a vice. O nome de Deda aparece, com empate técnico, em segundo lugar nas pesquisas, mas é também o que apresenta o menor índice de rejeição o que fortalece a possibilidade de uma grande vitória da dobradinha Deda e Edvaldo. Na capital a vereadora Tânia Soares disputará a reeleição na coligação proporcional também com o PT e no interior teremos 44 candidatos comunistas disputando vagas no legislativo municipal e três em chapas majoritárias como vice.

Segundo Edvaldo, "PT e PCdoB sempre estiveram juntos nas lutas, seja no movimento popular, sindical, estudantil ou no Parlamento, onde compomos o bloco de oposição e resistência à política neoliberal". Edvaldo tem ainda mandato em Carira e Carmópolis. O objetivo é dobrar o número de mandatos no Estado.

Arquivo

Arquivo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Governo dissimula o custo do ajuste de 2001

LUCIANO BARRETO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, instrumento que regulamenta a forma de elaboração dos orçamentos e da lei orçamentária anual, passou a assumir maior importância depois da promulgação da recentíssima Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LDO 2001 já foi concebida seguindo algumas determinações da LRF, que chegou a alterar sua natureza, condicionando as diretrizes do orçamento às metas de resultado fiscal e produção do bilionário superávit primário para pagamento de encargos da dívida.

O verdadeiro conceito de responsabilidade fiscal contraria o que a sociedade foi induzida a acreditar, por meio dos discursos oficiais e da grande imprensa, como medida de austeridade fiscal e saneamento das finanças públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal se inscreve no resultado da supremacia absoluta das obrigações do Estado com os seus credores financeiros em relação a qualquer outra função ou atribuição do poder público. Na verdade, sua essência é a de perpetuar em lei a política do atual governo, de controle irrestrito sobre as despesas sociais e estrangulamento de Estados e municípios, promovendo cortes de recursos em todos os demais programas para atender ao novo e maior objetivo do Estado: pagar sempre mais por uma dívida que cresce sem controle.

As leis orçamentárias – a Lei do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual – passam a traduzir todo o esforço de arrecadar sempre mais da sociedade para assegurar os crescentes pagamentos dos encargos da dívida, por meio de sistemáticas supressões nas programações de todas as demais áreas de governo. Diante dos vultosos recursos que a sociedade é impelida a entregar aos cofres públicos, via de regra, em um exercício eficaz de injustiça tributária, para a população não há a mínima contrapartida no campo dos serviços públicos, desenvolvimento econômico, melhoria das condições de vida e cidadania ou políticas de distribuição de renda. Pelo contrário, ao Brasil restam os piores e mais lamentáveis índices nos rankings mundiais de distribuição de renda e saúde pública.

O Congresso acaba de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, já respondendo às determinações da LRF. Vale ressaltar que a postura do governo foi seletiva e providencial, atendendo apenas aos mandamentos de seu interesse. A equipe de FHC foi fiel ao propor a meta de resultado primário superior a R\$ 32,3 bilhões, mesmo reconhecendo que, proporcionalmente ao PIB, devem cair as receitas de impostos, contribuições e até de concessões. Assim, o esforço fiscal correspondente a esse superávit é significativamente ampliado. Pela proposta do governo não haveria qualquer expansão nas chamadas despesas obrigatórias de caráter continuado, que incluem pagamento de servidores, benefícios previdenciários e assistenciais, despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEF, tabelas de serviços (como as tabelas referenciais do SUS) etc. Na verdade, um prenúncio de que o governo não pretende conceder qualquer aumento do salário mínimo e o anúncio do sétimo ano sem reajuste dos servidores



Deputado Sérgio Miranda tenta reverter efeitos danosos da LDO

A LDO 2001 também se caracteriza pela falta de transparência e sonegação de informações elementares ao debate das contas públicas. “Justamente na oportunidade que a sociedade dispõe para ter acesso a essa discussão, o governo, providencialmente, oculta e dissimula informações complementares que podem demonstrar o resultado das políticas públicas”, alerta o deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG). Mesmo as informações determinadas pela LRF não foram respeitadas. Mas o que mais se evidenciou foi a supressão das disposições relativas ao Orçamento da Seguridade, ou seja, as normas que discriminam as fontes de financiamento e as que estabelecem diretrizes específicas para as despesas, como recursos mínimos para a saúde, necessidade de recursos para determinados programas assistenciais etc.

O empenho e a atuação do deputado Sérgio Miranda foram importantes no sentido de reverter vários desses pontos. Muitas informações foram restabelecidas e as diretrizes específicas do Orçamento da Seguridade voltaram a integrar a LDO. Não apenas foram discriminadas as fontes de financiamento exclusivas, como estabelecidos os recursos mínimos para a saúde, assistência social etc. Para a saúde o resultado foi bastante significativo, ficando fixado que em 2001 deve ser aplicado, no mínimo, o autorizado em 1999, acrescido de 5% além da variação nominal do PIB estipulada para 2000 ($\pm 10\%$). Um grande avanço que pode representar cerca de R\$ 3 bilhões a mais para o setor. Também ficou assegurado que haveria aumento real do salário mínimo, embora o governo tenha tentado se livrar dessa imposição. Mas não ficou consignado o percentual. Ainda assim, o governo pode ainda vetar integral ou parcialmente todos esses dispositivos. Resta-nos fôlego para lutar contra esses possíveis vetos.

Quanto ao processo de sonegação de informações relativas ao Orçamento da Seguridade, que marcou a discussão da LDO 2001, a atitude oficial não pode ser entendida ou confundida como um “mero ato de esquecimento”, simplesmente porque o ajuste fiscal anunciado e praticado é, na verdade, um ajuste da seguridade. O governo criou e ampliou as contribuições sociais e desvia esses recursos para assegurar o pagamento dos serviços da dívida. Desse modo, a equipe de FHC pretendia omitir as informações que demonstram efeitos nocivos dessa política e ainda se livrar de regulamentações que vinculassem recursos mínimos para a saúde, assistência social etc.

O debate sobre a primeira lei de diretrizes orçamentárias já sobre os efeitos da LRF foi muito incipiente. As negociações sobre o conteúdo da lei demonstraram a resistência do governo em apresentar item a item o crescimento das despesas vinculadas aos benefícios previdenciários e ao pagamento de pessoal. Isto porque o Congresso exigia que o governo detalhasse, no caso dos benefícios previdenciários, qual parcela seria relativa ao aumento do salário mínimo, ao crescimento vegetativo (acréscimo de novas aposentadorias excluindo-se as canceladas por motivo de morte), ao reajuste dos benefícios entre outros.

Os fatos evidenciam que a recomposição do salário mínimo, ano que vem, mais uma vez não se inscreve no rol das prioridades governamentais. Dedução que deriva do comportamento da equipe oficial, que sequer pretende informar como tratará a questão em 2001, se realmente vai cumprir o acordo e antecipar o reajuste para janeiro ou mesmo anunciar um índice e antecipar que os aposentados novamente terão os seus benefícios praticamente congelados. Tratamento similar se espera para os servidores. O governo, que se esforça para fazer parecer que está negociando com uma categoria em greve há dois meses, não gostaria que esse discurso caísse por terra ao informar ao Congresso seu planejamento de não conceder reajuste pelo sétimo ano consecutivo. Para o governo, comodidade política, já que seu recorrente discurso é de que não há aumento de salário mínimo porque não existe previsão orçamentária para tanto.

Vale lembrar que a incrível soma do superávit de R\$ 32,3 bilhões fixado para o ano que vem está calculada a partir de um fantasioso cenário de que a economia crescerá 4% e 4,5%, em 2000 e 2001. Se o esperado e anunciado crescimento não se concretizar, a conta é cobrada da sociedade sob a lógica do “custe o que custar”, pois está consagrada na lei a determinação de pagar a cifra bilionária, expressa em moeda não em percentuais do PIB.

Mas o que o governo pretendia mesmo é que a LDO consignasse o resultado primário mínimo para 2001, estabelecido em R\$ 32,3 bilhões, sem ter que cumprir metas para a saúde, assistência social ou mesmo para programas específicos da educação. Em nome do “equilíbrio” das finanças públicas, o prejuízo social é muito alto e o tratamento diferenciado conferido ao setor financeiro dá a tônica da política oficial: liberdade total para utilizar recursos para os pagamentos da dívida – a grande bandeira defendida pela equipe econômica.

Ministro Sardenberg assina acordo lesivo com os EUA

No dia 18 de abril, o ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, assinou no Itamaraty o que se convencionou chamar de um acordo de “Salvaguardas Tecnológicas” com os EUA, representado na ocasião pelo embaixador Anthony Harrington.

Pelo documento assinado, o Centro de Lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, colocará em órbita até 14 foguetes de grande porte por ano, todos procedentes de Houston e de cabo Canaveral. Pelo aluguel da base, o governo brasileiro receberá módicos US\$ 30 milhões ao ano, o que permitirá aos norte-americanos utilizar um dos melhores locais do planeta para o lançamento de foguetes. Acontece que o Centro de Lançamento de Alcântara – um complexo de instalações espalhadas em uma área de 620 quilômetros quadrados na península à frente de São Luís, capital do Maranhão – fica a cerca de 3 graus ao sul da linha do Equador, proporcionando um ganho de 30% a menos de combustível para que os foguetes coloquem em órbita satélites e outros artefatos de maior peso.

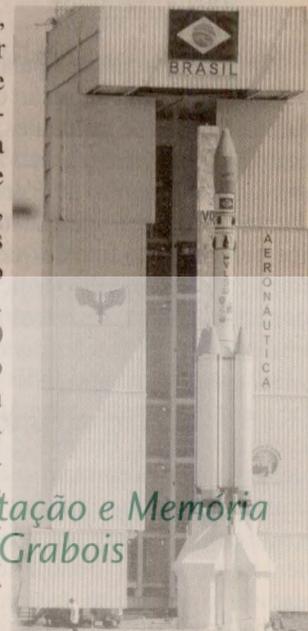
As condições para a assinatura do acordo, entretanto, são chocantes: o parágrafo terceiro do artigo IV, por exemplo, reza que o governo brasileiro “manterá disponível no Centro de Lançamento de Alcântara áreas restritas para o processamento, montagem, conexão e lançamento dos veículos de lançamento e espaçonaves por licenciados norte-americanos e permitirá que pessoas autorizadas pelo governo dos EUA controlem o acesso a essas áreas”.

O acordo também proíbe explicitamente que participantes norte-americanos prestem qualquer assistência aos representantes brasileiros no desenvolvimento de veículos lançadores de produção nacional, vetando qualquer tipo de transferência de tecnologia.

O que é mais lesivo aos interesses nacionais é que o acordo de “Salvaguardas Tecnológicas”, em seu parágrafo E do artigo III, consagra a determinação de que o Brasil “não utilizará recursos obtidos de atividades de lançamento em programas de aquisição, desenvolvimento, produção, teste, liberação ou uso de foguetes ou de sistemas de veículos aéreos não tripulados”.

O embaixador Harrington, em artigo na imprensa, discorreu sobre o que ele considerou um “relacionamento maduro e cooperativo” com o governo brasileiro. “Nós somos parceiros”, escreveu ele, “nossa interação se caracteriza pelo respeito mútuo, pela confiança e pelas metas compartilhadas”.

Segundo o coronel da reserva Geraldo Cavagnari, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, “as condições do acordo são inaceitáveis. Por US\$ 30 milhões, o Brasil assinou seu estado final de subserviência aos Estados Unidos”, revelou o pesquisador à revista *Carta Capital*. Base em Alcântara



Base em Alcântara

FORMAÇÃO

Lenin e o *Que fazer?*

LORETA VALADARES*

Escrito no início do século XX (1902), que significará o poder ter o **Que Fazer?**, hoje, justamente à entrada do novo milênio? Mais ainda, face à derrota de experiências socialistas iniciadas neste século que finda e à falência dos partidos que as dirigiram, pode-se ler o **Que Fazer?** com os olhos da atualidade? Incrível, mas é Lenin mesmo quem fornece os indicadores para responder a estas questões no Prefácio da Recompilação "Em Doze Anos" (recompilação de artigos de Lenin, publicada em 1908), quando diz que "o principal erro em que incorrem as pessoas que na atualidade polemizam com **Que Fazer?** consiste em que separam por completo este trabalho de determinadas condições históricas, de um período determinado do desenvolvimento de nosso Partido (...)" O livro representa, segundo Lenin, ainda no Prefácio de "Em Doze Anos", "o resumo da tática e da política de organização do *Iskra*" para a unificação dos círculos e grupos isolados, quando a tendência predominante no movimento operário era o *economicismo*.

Que Fazer? é a síntese de uma intensa e apaixonada luta contra aqueles que defendiam a submissão ao espontaneísmo das massas e queriam confinar o movimento operário nos limites da luta econômica. Tem como alvo certo os que subestimavam a teoria e menosprezavam o papel do Partido na elevação da consciência política das massas. "Corrige polemicamente o *economicismo*", a "nota forçada dos *economicistas*", daí a necessidade de acentuar o papel da orga-

nização de revolucionários profissionais, de dar ênfase à formação da consciência política ao exterior da luta econômica. Lenin considerava "rídicas" as críticas que, anos após a publicação do **Que Fazer?**, eram feitas "ao exagero da idéia da organização de revolucionários profissionais", porque estavam fora do período histórico da construção do Partido. Quanto à relação espontâneo/consciente, Lenin recusou a manobra de Plekhanov que, usando frases soltas, fora do contexto, queria retomar a polémica em termos filosóficos, (relação ser/consciência), quando o tratamento dado em **Que Fazer?** é político-ideológico.

É, portanto, no próprio **Que Fazer?** que está indicada a necessidade de sua leitura política. Fazê-lo sob a ótica da historiografia política significa não somente retrazer velhas polémicas, mas com elas polemizar nas novas condições históricas. Significa retomar a análise dos problemas centrais da concepção de partido, libertar a teoria leninista de partido do confinamento a que ficou reduzida, tendo presente que as questões relativas ao Partido devem ser entendidas em seu desenvolvimento dialético e que a teoria de partido precisa estar em permanente elaboração.

Foi a compreensão rígida e absolutista das teses de **Que Fazer?** e alguns outros trabalhos de Lenin que levaram ao engessamento da concepção de partido nas experiências socialistas, que sequer levaram em conta que, no conjunto de sua obra sobre a teoria de partido, Lenin alternadamente favoreceu, de acordo com as condições históricas de países diferentes, ou um partido conspirativo de quadros ou um grande partido democrático de mas-

sas, conforme assinala Monty Johnstone¹. Assim, em Lenin não há apenas um modelo rígido de partido.

Predominou sempre em Lenin (e isto perpassa todo o conteúdo do **Que Fazer?**) a febril presença de um elemento ativo no processo de elaboração da teoria de partido, que revela estreita relação entre teoria e prática na construção do Partido. É por isso que não se pode ver a teoria leninista de partido apenas como um sistema de normas organizativas, prontas a serem aplicadas. Porque elaborada ao calor das lutas ideológicas e levando em conta as avaliações políticas concretas, a concepção leninista de partido faz emergir conceitos e princípios que fundamentam uma política de construção de partido ainda hoje insuperáveis. Em **Que Fazer?** vamos encontrar estes fundamentos, de caráter político-ideológico (mais tarde Lenin irá trabalhar sobre os princípios organizativos em **Um Passo Adiante, Dois Atrás**), que revelam o caráter de classe do Partido e sua oposição a toda e qualquer forma de oportunismo. Tais fundamentos são: o conceito político de vanguarda e a idéia da fusão da teoria socialista com o movimento espontâneo da classe operária (em matéria de organização, Lenin mais tarde irá desenvolver a dialética centralismo-democracia). São estes os fundamentos sobre os quais se pode assentar uma política de construção de Partido, alheia a qualquer tipo de concepção fatalista – ao avanço da classe corresponde necessariamente o fortalecimento do Partido – ou dogmática – o partido se constrói a partir de regras orgânicas pré-fixadas, independentemente das condições históricas e políticas.



Nem dogmatismo, nem fatalismo em **Que Fazer?** Foi sua leitura dogmática e não política que levou a distorções na concepção de partido ao longo do movimento comunista internacional. Pois foi justamente contra a ossificação dogmática que Lenin dirigiu suas últimas idéias em **Que Fazer?** Após escrever "é preciso sonhar", Lenin logo diz que se assustou imaginando uma situação no "congresso de unificação" em que alguns camaradas poderiam questionar o direito de sonhar "sem prévia autorização dos comitês do Partido" ou se "algum marxista teria o direito de sonhar", já que "segundo Marx a humanidade sempre pôs perante si tarefas realizáveis" ... Lenin diz que só de pensar nestas perguntas pensa logo em se esconder. E se esconde atrás de Pissarev (crítico literário e filósofo materialista russo) que elabora aquela conhecida idéia sobre a relação entre sonho e realidade: "...o desacordo entre o sonho e a realidade nada tem de nocivo, sempre que a pessoa que sonhe acredite seriamente no seu sonho, observe atentamente a vida, compare as suas observações com os seus castelos no ar e, de uma maneira geral, trabalhe escrupulosamente para a realização de

suas fantasias. Quando existe um contato entre o sonho e a vida, tudo vai bem".

Hoje, como ontem, a questão de partido continua sendo chave na luta contra a burguesia mundial. É certo que o Partido hoje necessita dar novas e avançadas respostas aos novos e grandiosos problemas postos pelas condições históricas de um mundo globalizado e neoliberal. Não pode ter, certamente, as mesmas feições do Partido do tempo de Lenin, mas colocando-se a questão de partido no bojo da luta contra o neoliberalismo, e baseado em princípios, podemos sonhar com "um partido marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país".²

1 Johnstone, Monty, "Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda", in Hobsbawm, **História do Marxismo**, vol.6, Paz e Terra, RJ, 1988, p.16

2 Dos Documentos do 9º Congresso do PCdoB, **Fortalecer o Partido para derrotar as forças da reação e do imperialismo e abrir caminho à vitória do socialismo**

* Do Comitê Estadual - PCdoB/BA

Capanema e o rumo da educação no Brasil

CARLOS POMPE

No ano em que se registra o centenário de Gustavo Capanema, a Editora Paz e Terra relança "Tempos de Capanema", de Simón Schwartzman, Helena Bomey e Vanda Ribeiro Costa. O livro, que foi publicado pela primeira vez em 1984, revela que a educação pública, "que até os anos 1930 praticamente não existia, começou a ganhar forma nos tempos de Capanema, e cresceu desde então de forma lenta e precária."

Nascido no início do século, Gustavo Capanema se educou junto à elite intelectual mineira. Em 24 formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Em 1930 foi oficial-de-gabinete de Olegário Maciel e assumiu a interventoria do Estado em 33, após a morte de Olegário. Participou da fundação do Partido

Progressista Mineiro e assumiu em 1934 o Ministério da Educação e Saúde, nele permanecendo até a queda do Estado Novo, em 1945. Foi eleito deputado federal por Minas em todas as legislaturas a partir de 1946 e senador em 1971 pela Arena (à qual aderiu logo após o golpe militar, em 1965).

"Tempos de Capanema" reconstrói as intenções e projetos que mobilizaram o Ministério da Educação naquele período. "Para isso", contam os autores, "foi necessário acompanhar os anos de formação política de Capanema até a sua entrada no ministério, suas principais influências e seus principais contatos; traçar um quadro, ainda que sumário, das grandes correntes de pensamento que, impulsionadas por instituições, movimentos e indivíduos mais influentes, marcaram o clima do debate político sobre educação e cultura naqueles anos; e ir até aos gran-



Educação em debate

des projetos de reforma institucional, geralmente corporificados em textos legais que eram posteriormente revistos, discutidos, eventualmente sancionados e aplicados com maior ou menor sucesso".

Para os autores, o que aconteceu na época "fazia parte de um processo muito mais amplo de transformação do país, que

não obedecia a um projeto pre-determinado nem tinha uma ideologia uniforme, mas que tem sido estudado, mais recentemente, como um processo de 'modernização conservadora'". No ministério, Capanema era auxiliado por Carlos Drummond, Mário de Andrade, Villa Lobos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Gilberto Freyre, Cândido Portinari, dentre outros.

No prefácio a esta nova edição, Afonso Arinos, Filho, lembra que, neste final de século, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma estar "fechando a era Vargas", e afirma: "se tal encerramento de um ciclo constitui progresso inegável sobre o Estado Novo, no sentido do respeito às instituições da democracia representativa, às liberdades de opção política, de opinião e de expressão, cumprirá por outro lado recordar e analisar uma época em que o bem comum sobrepujava os interesses privados;

a vida pública refletia, para segui-las ou negá-las, ideologias utópicas, mas sem orientar-se pela teologia do mercado; a nação falava mais alto que as multinacionais (...). O ensino orientado pela pasta da Educação e Saúde enquanto ele (Capanema) a ocupou, de 1934 a 1945, visava conformar o cidadão político, dedicado a construir e fortalecer a nação, ao passo que, em nossos dias, dá preferência à formação do homem econômico, destinado a competir e enriquecer, indiferente à solidariedade comunitária".

O livro contém apêndice com farta correspondência para Gustavo Capanema, envolvendo Mário de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Le Corbusier, Carlos Drummond de Andrade, Francisco Campos, Cândido Portinari, Paulo de Faria, Gilberto Freyre, George Dumas, Lúcio Costa, Ciro dos Anjos, Augusto Frederico Schmidt, Rubem Braga.

“David Baltimore, Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (1975) e professor de Biologia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), afirmou no início das discussões sobre o assunto que ‘O Projeto Genoma Humano é o maior projeto civil desde a conquista da Lua, e corre o risco de ter o mesmo destino: uma peça esplêndida de simbolismo e desastre científico’”. OLIVEIRA, Fátima, *Engenharia genética: o sétimo dia da criação*, Moderna, 1995.

Anunciada, em 26 de junho de 2000, a conclusão do mapeamento e do seqüenciamento do genoma humano. Inegavelmente tal feito ocupará um lugar na história da ciência ao lado da Teoria da Evolução (Darwin/Wallace, 1858), uma das maiores revoluções intelectuais de todos os tempos, que do ponto de vista científico reuniu evidências de que os seres vivos evoluem e no aspecto cultural separou definitivamente a ciência da religião.

Após a invenção do DNA recombinante (1971), processo básico e pioneiro da engenharia genética, podemos dividir a história da humanidade em pré e pós engenharia genética, tantas e tamanhas as modificações sociais, científicas, políticas e éticas decorrentes. Genoma é o conjunto de genes de uma espécie. Cada espécie tem o seu número ou padrão genômico próprio. Genoma humano é o código genético humano. Mapear é descobrir onde está cada gene e seqüenciar é descobrir em que ordem estão os pares de bases nitrogenadas, que no DNA são: A = Adenina; G = Guanina; C = Citosina; e T = Timina.

O Projeto Genoma Humano (PGH) visava mapear e seqüenciar o código genético e elaborar o mapa genético humano. Só esboçaram o mapa. Falta fazê-lo. Nem sabem quantos são os genes humanos (são 40 mil? Ou, são 100.000? Mistério!...) Descobrir a função de cada gene e os seus produtos (as proteínas) não era missão do PGH. São tarefas dos Projetos: Genoma Estrutural (função e interação dos genes) e Proteoma Humano (descobrir as proteínas produzidas pelo genoma). Então, missão cumprida de uma proposta prevista para durar 15 anos e finalizada em 10, graças ao espetacular desenvolvimento da bioinformática e dois tipos de rivalidades: entre grupos de pesquisas e entre ciência pública e ciência privada!

As hipóteses de coisas boas e imediatas oriundas de tais saberes são: diagnóstico mais preciso das doenças genéticas (os “kits de diagnósticos genéticos” e a dita “me-

dicina preditiva”) e talvez até a cura de algumas delas. As curas ainda são hipotéticas e com certeza assim permanecerão décadas. Não sabemos como e nem quando os povos pobres terão acesso às benesses prometidas. O espectro de terror franksteiniano é a idéia de que tais “coisas novas” possam ser usadas para intentos eugenistas: das condições mais eficazes de discriminação intra-útero (e até na “proleta”) à modificação da espécie humana; para catalogar seres humanos como superiores ou inferiores... importantes ou desvalorizados; essenciais ou supérfluos... degredados e condenados da genética... expropriados de seus genes e sem privacidade genética. No fim do túnel, talvez a consolidação da discriminação genética, que repousa em bases racistas e sexistas históricas, todas em geral sob a aura do fatalismo genético – a idéia reducionista e equivocada de que os genes não só podem tudo, como são oráculos infalíveis e funcionam sempre sem interação ambiental!

Qual é o cerne das polêmicas e das disputas?

Embora tenha sido proposto inicialmente por cientistas (1986), o Projeto Genoma Humano deixou de ser um projeto da “comunidade científica”, pois pertence à “cooperação internacional” (1990) entre os sete países mais ricos do mundo (Grupo dos sete, G7: EUA, Alemanha, Japão, França, Itália, Grã-Bretanha e Canadá), com cerca de 16 laboratórios nos EUA, Japão e Europa, sob comando dos EUA. A convivência entre os centros de pesquisas do PGH jamais foi harmoniosa, sobretudo no tocante às questões éticas. As disputas entre os países e nos países entre as equipes de pesquisadores e destas com os governos têm sido a regra. James Watson (co-descobridor da “dupla hélice”) abandonou o PGH, em 1992, por discordar da pretensão dos INH de patentear genes humanos.

Em 1998 entrou na “corrida do genoma humano” a Celera Genomics, empresa privada norte-americana (Rockville, Maryland), de Craig Venter, ex-pesquisador do PGH oficial, que desde o início divergia publicamente da técnica utilizada. Craig Venter e suas idéias mercantilistas sobre o genoma humano são velhos conhecidos. Sempre defendeu a idéia de patentes para as “descobertas”. A divulgação, em 6 de abril de 2000, que a Celera Genomics ganhara a “corrida do genoma humano”, causou comoção na comunidade científica mundial por um motivo elementar: quando Craig Venter chefiava uma das principais equipes do PGH defendia com intransigência o patenteamento do genoma humano. Em 1992 ele esteve na Conferência Sul-Norte do Genoma Humano (Caxambu-MG), quando disse ao *Jornal do Brasil* que “a pesquisa do genoma humano não era uma aventura para países pobres” e naquela ocasião já solicitara patentes de 3.000 genes, via INH, segundo ele apenas para fomentar o debate!

Na “corrida do genoma humano” no ano 2000 temos duas concepções quanto ao uso dos dados obtidos: uma, humanitária, que defende que o genoma humano é patrimônio da humanidade, logo não está à venda. A outra, mercantilista, capitaneada pela Celera e outras empresas da área de biotecnologia que defendam a propriedade intelectual das empresas que investiram nas pesquisas... Rivalidades entre cientistas à parte, o fato é que não estamos diante de uma simples briga entre cientistas ou que a equipe do PGH é o “bem” e que Venter é o “mal”. Nos defrontamos com duas concepções de mundo que se digladiam desde o início do PGH, tendo como centro o patenteamento do genoma humano.

O presidente dos EUA, Bill Clinton, e o Primeiro Ministro britânico, Tony Blair têm declarado, ao mesmo tempo, desde abril de 2000,

que o genoma humano é patrimônio da humanidade (de qual humanidade?) e anunciaram deslumbrados o que consideram a maior honra e glória de seus governos: o privilégio de dizer ao mundo que o mistério da vida foi decifrado. Clinton tem dito que talvez o genoma humano possa ou precise ser patenteado, a depender das circunstâncias... O que será que ele pensa e não ousa falar?

As biotecnologias bioengenhairadas ou não, são partes centrais do debate sobre a industrialização da vida, as patentes de seres vivos e a biodiversidade. Está explícito que está em curso a era do colonialismo genético e o que está em disputa é quem comandará a revitalização do capitalismo via biotecnologia.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Genoma Humano

Os países membros da ONU, em tese, dispõem de uma referência bioética, embora não possa ser juridicamente imposta, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Genoma Humano (Unesco, 29ª, Assembléia Geral, 21/10 a 12/11 de 1997), que tem como guia de uma conduta ética a garantia da dignidade humana e diz que “o genoma humano em seu estado natural não deve dar lugar a ganhos financeiros” (Art. 4º.). Como a ciência é importante demais para ficar só nas mãos de cientistas e de governos, cabe à sociedade exercer o direito e o dever de decidir e não apenas ser informada!

O mais provável é que jamais tenhamos na área de genética leis/normas universais, mas urge que sejam elaborados referenciais universais mínimos que garantam a dignidade e a biossegurança humanas face às possibilidades de discriminações e danos em pessoas e em povos. Boas intenções não bastam. Exige-se cultura e consciência bioética, de cientistas e da sociedade. O genoma humano é patrimônio comum da humanidade, logo temos o dever moral e ético de assegurar que assim seja!

*Fátima Oliveira, Médica. Bolsista da Fundação MacArthur (projeto Divulgação e Popularização da Bioética: direitos reprodutivos), Da Rede Saúde/Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; SSB/Sociedade Brasileira de Bioética; CNDM/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; diretora da UBM/União Brasileira de Mulheres; e coordenadora da Rede de Informação sobre Bioética: bioética&teoriafeminista e anti-racista <http://culturabrasil.art.br/RIB> e Lista Bioética Feminista. Autora de: *Engenharia genética: o sétimo dia da criação* (Moderna, 1995); *Bioética: uma face da cidadania* (Moderna, 1997) e *Oficinas Mulher Negra e Saúde* (Mazza Edições, 1998).

